

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	100
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	102
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	103
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	104
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	315.592.525
Preferenciais	315.592.525
Total	631.185.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	7.663.007	6.927.442
1.01	Ativo Circulante	1.222.875	774.855
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	604.687	233.267
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	11.339
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	11.339
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	11.339
1.01.03	Contas a Receber	468.296	415.615
1.01.03.01	Clientes	468.296	415.615
1.01.04	Estoques	121.184	102.983
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	21
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	21
1.01.06.01.01	CSLL a recuperar	0	21
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	28.708	11.630
1.01.08.03	Outros	28.708	11.630
1.01.08.03.02	Outros Créditos	28.708	11.630
1.02	Ativo Não Circulante	6.440.132	6.152.587
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.887.116	3.598.718
1.02.01.04	Contas a Receber	3.722	3.525
1.02.01.04.01	Contas a Receber de Clientes	3.722	3.525
1.02.01.07	Tributos Diferidos	138.616	66.694
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	138.616	66.694
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.744.778	3.528.499
1.02.01.10.03	Aplicações financeiras	68.776	65.206
1.02.01.10.04	Aplicações no Caixa Único do Estado	0	5.970
1.02.01.10.06	Ativos Financeiros Contratuais	621.871	588.827
1.02.01.10.07	Indenização por Desapropriação	46.154	42.191
1.02.01.10.08	IRPJ e CSLL a recuperar	1.307.972	1.430.357
1.02.01.10.09	Ativos de Contratos	1.352.988	1.174.160
1.02.01.10.10	Precatórios a Receber	345.421	220.154
1.02.01.10.11	Outros créditos	1.596	1.634
1.02.02	Investimentos	845	845
1.02.02.01	Participações Societárias	845	845
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	845	845
1.02.03	Imobilizado	157.366	168.505
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	126.938	122.051
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	27.581	43.781
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.847	2.673
1.02.04	Intangível	2.394.805	2.384.519
1.02.04.01	Intangíveis	2.394.805	2.384.519
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.394.805	2.384.519

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	7.663.007	6.927.442
2.01	Passivo Circulante	643.148	864.436
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	90.450	112.972
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.515	15.991
2.01.01.01.01	INSS	16.515	15.991
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	73.935	96.981
2.01.01.02.01	Salários a pagar	22.029	35.034
2.01.01.02.02	FGTS	3.608	4.493
2.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	32.711	43.584
2.01.01.02.04	Fundação Corsan	3.753	3.390
2.01.01.02.05	IPE	4.914	4.468
2.01.01.02.06	Depósitos e Retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	6.920	6.012
2.01.02	Fornecedores	121.115	118.988
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	121.115	118.988
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.901	19.159
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.167	18.068
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.134	2.818
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	5.096	7.452
2.01.03.01.03	COFINS	77	4.460
2.01.03.01.04	PASEP	968	1.648
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	1.892	1.690
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	734	1.091
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	119.002	119.192
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	115.217	114.381
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	115.217	114.381
2.01.04.02	Debêntures	3.785	4.811
2.01.05	Outras Obrigações	141.394	395.177
2.01.05.02	Outros	141.394	395.177
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	82.135	345.205
2.01.05.02.05	Impostos e Contribuições - parcelamento	15.938	15.644
2.01.05.02.06	Obrigações Contratuais	17.497	9.000
2.01.05.02.07	Contratos de Locação - Direitos de Uso	22.853	23.674
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	2.971	1.654
2.01.06	Provisões	158.286	98.948
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	137.709	84.110
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	137.709	84.110
2.01.06.02	Outras Provisões	20.577	14.838
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	127	191
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	20.450	14.647
2.02	Passivo Não Circulante	2.744.395	2.019.485
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.004.393	473.096
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	402.582	473.096
2.02.01.02	Debêntures	601.811	0
2.02.02	Outras Obrigações	74.018	93.723
2.02.02.02	Outros	74.018	93.723

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições - parcelamento	3.985	15.644
2.02.02.02.06	Contratos de Repasse OGE/FUNASA/ANA	65.175	53.895
2.02.02.02.07	Passivos de Arrendamento	4.858	20.184
2.02.02.02.08	Obrigações Contratuais	0	4.000
2.02.04	Provisões	1.665.984	1.452.666
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.629.443	1.411.304
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	658.211	467.194
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	971.232	944.110
2.02.04.02	Outras Provisões	36.541	41.362
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	36.541	41.362
2.03	Patrimônio Líquido	4.275.464	4.043.521
2.03.01	Capital Social Realizado	1.867.716	1.682.328
2.03.02	Reservas de Capital	27.972	27.972
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.824	10.824
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	2.203.597	2.388.985
2.03.04.01	Reserva Legal	227.278	227.278
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.973.908	2.159.296
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.411	2.411
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	233.349	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-57.170	-55.764

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	842.934	2.493.579	743.768	2.287.568
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-549.213	-1.576.742	-514.251	-1.489.778
3.03	Resultado Bruto	293.721	916.837	229.517	797.790
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-173.953	-519.359	-96.913	452.140
3.04.01	Despesas com Vendas	-37.076	-105.873	-51.679	-129.106
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-138.862	-436.620	-108.374	-344.136
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.843	41.993	69.180	984.822
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.858	-18.859	-6.040	-59.440
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	119.768	397.478	132.604	1.249.930
3.06	Resultado Financeiro	-28.785	-117.313	-23.431	505.137
3.06.01	Receitas Financeiras	49.366	107.426	43.607	607.104
3.06.02	Despesas Financeiras	-78.151	-224.739	-67.038	-101.967
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	90.983	280.165	109.173	1.755.067
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	38.164	33.913	71.405	-73.739
3.08.01	Corrente	-7.873	-38.009	117.400	-33.111
3.08.02	Diferido	46.037	71.922	-45.995	-40.628
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	129.147	314.078	180.578	1.681.328
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	129.147	314.078	180.578	1.681.328
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,21435	0,5213	0,29972	2,79061
3.99.01.02	ON	0,19487	0,47391	0,27247	2,53692

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	129.147	314.078	180.578	1.681.328
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-375	-1.406	-15.696	-16.800
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	-375	-1.406	-544	-1.648
4.02.02	Ganhos e perdas atuariais	0	0	-15.152	-15.152
4.03	Resultado Abrangente do Período	128.772	312.672	164.882	1.664.528

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	527.867	581.343
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	675.723	555.164
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	280.165	1.755.067
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	133.167	125.890
6.01.01.03	Baixa de Imobilizado, Intangível e Ativos de Contratos	1.250	20.255
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias sobre Financiamentos	34.229	33.333
6.01.01.05	Provisão para Perda Esperada	26.003	15.947
6.01.01.06	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Ambientais e Trabalhistas	58.943	-52.383
6.01.01.07	Provisão para Tributos Diferidos (Cofins/Pasep)	-4.821	24.251
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias sobre outras dívidas	39.401	2.631
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-29.416	-26.672
6.01.01.10	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-3.036	-1.784
6.01.01.11	Variações Monetárias sobre Contingências	149.655	73.325
6.01.01.12	Provisão para Benefício Pós Emprego	27.122	4.474
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente sobre Clientes	217	370
6.01.01.14	Rendimento sobre Aplicações Financeiras de Curto Prazo	-12.896	-1.453
6.01.01.15	Contribuição Social Paga	-38.009	-30.637
6.01.01.16	Provisão para Participação nos Resultados	32.618	14.479
6.01.01.17	Variação Líquida da Indenização da Imunidade Tributária	-6.433	-1.392.688
6.01.01.18	Outros Ajustes ao Lucro	1.960	0
6.01.01.19	Atualização monetária de precatórios	-15.766	-9.241
6.01.01.20	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	1.370	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-116.659	44.278
6.01.02.01	(Aumento) de Contas a Receber de Clientes	-79.099	-20.091
6.01.02.02	(Aumento) redução de Estoques	-18.155	30.181
6.01.02.03	(Aumento) redução de Depósitos Judiciais	-17.582	1.042
6.01.02.04	Redução (aumento) de rendimentos do Caixa Único	5.970	-2.906
6.01.02.05	(Aumento) redução de Indenização por Desapropriação	-3.963	55.314
6.01.02.06	(Aumento) redução de Precatórios	-109.502	14.781
6.01.02.07	Redução (aumento) de Outros Créditos	111.798	-41.535
6.01.02.08	Aumento (redução) de fornecedores	2.127	-15.853
6.01.02.09	(Redução) aumento de Impostos e Contribuições	-1.311	62.543
6.01.02.10	(Redução) de Impostos e Contribuições - parcelamento	-12.007	-11.596
6.01.02.11	(Redução) de Dívidas com Fundação Corsan	0	-17.062
6.01.02.12	Aumento de Férias e Encargos a Pagar	41.898	41.230
6.01.02.13	(Redução) de Participação nos Resultados	-43.491	-19.396
6.01.02.14	Aumento (redução) de Obrigações Contratuais	4.497	-33.721
6.01.02.15	Aumento de Outros Débitos	2.161	1.347
6.01.03	Outros	-31.197	-18.099
6.01.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento - pagamento de juros	-31.197	-18.099
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-294.632	-389.842
6.02.01	Aplicações financeiras	20.665	-1.024

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-21.996	-16.044
6.02.04	Aquisição de Ativos de Construção	-205.475	-207.270
6.02.05	Aquisição de Ativos Intangíveis	-87.826	-165.665
6.02.06	Outros Investimentos	0	161
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	138.185	-45.184
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos - Captação	13.942	31.373
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento de Principal	-86.652	-51.596
6.03.03	Contratos de Repasse - Governo Estadual/FUNASA/ANA	11.280	16.441
6.03.04	Debêntures - Captação	600.000	0
6.03.05	Debêntures - Pagamento	-17.355	-8.480
6.03.06	Debêntures - Custo de Emissão	-21.989	0
6.03.07	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio - Pagamento	-345.205	-15.000
6.03.08	Amortização do Passivo de Arrendamento	-15.836	-17.922
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	371.420	146.317
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	233.267	92.981
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	604.687	239.298

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.682.328	27.972	2.388.985	0	-55.764	4.043.521
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.682.328	27.972	2.388.985	0	-55.764	4.043.521
5.04	Transações de Capital com os Sócios	185.388	0	-185.388	-82.135	0	-82.135
5.04.01	Aumentos de Capital	185.388	0	-185.388	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-82.135	0	-82.135
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	314.078	0	314.078
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	314.078	0	314.078
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.406	-1.406	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.406	-1.406	0
5.07	SalDOS Finais	1.867.716	27.972	2.203.597	233.349	-57.170	4.275.464

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.635.145	64.331	669.844	0	30.974	2.400.294
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.635.145	64.331	669.844	0	30.974	2.400.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	47.183	-47.183	0	-86.649	0	-86.649
5.04.01	Aumentos de Capital	47.183	-47.183	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-86.649	0	-86.649
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.681.328	0	1.681.328
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.681.328	0	1.681.328
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.648	-16.800	-15.152
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.648	-1.648	0
5.06.04	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-15.152	-15.152
5.07	SalDOS Finais	1.682.328	17.148	669.844	1.596.327	14.174	3.979.821

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	2.730.987	3.448.302
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.520.834	2.291.374
7.01.02	Outras Receitas	27.645	963.821
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	208.511	209.054
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-26.003	-15.947
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-955.468	-960.402
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-784.735	-783.517
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-148.330	-156.066
7.02.04	Outros	-22.403	-20.819
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.775.519	2.487.900
7.04	Retenções	-133.167	-125.890
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-133.167	-125.890
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.642.352	2.362.010
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	118.480	607.597
7.06.02	Receitas Financeiras	107.426	607.104
7.06.03	Outros	11.054	493
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.760.832	2.969.607
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.760.832	2.969.607
7.08.01	Pessoal	884.994	760.693
7.08.01.01	Remuneração Direta	629.471	540.520
7.08.01.02	Benefícios	145.331	145.639
7.08.01.03	F.G.T.S.	33.687	28.626
7.08.01.04	Outros	76.505	45.908
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	328.835	420.047
7.08.02.01	Federais	313.691	406.744
7.08.02.02	Estaduais	15.074	13.196
7.08.02.03	Municipais	70	107
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	232.925	107.539
7.08.03.01	Juros	224.739	101.967
7.08.03.02	Aluguéis	8.186	5.572
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	314.078	1.681.328
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	82.135	86.649
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	231.943	1.594.679

Comentário do Desempenho

Porto Alegre, 12 de novembro de 2021 – A Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan (“Companhia”) anuncia hoje os seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2021 (“3T21”). As comparações ao longo deste relatório são em relação ao terceiro trimestre de 2020 (“3T20”), exceto quando especificadas de outra forma. Todas as informações são apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e com métricas ajustadas de EBITDA e Lucro Líquido para possibilitar a adequada comparabilidade entre períodos, exceto quando especificadas de outra forma. Tais indicadores ajustados excluem eventos não recorrentes como o reconhecimento da imunidade tributária no recolhimento de impostos federais em 2020, com impacto favorável de R\$ 820,7 milhões no resultado operacional e de R\$ 1,243 bilhão no lucro líquido de 2020. Apesar de positivo para o resultado da Companhia, tal evento não possibilitaria a devida avaliação do desempenho operacional da Corsan nesses períodos. Não obstante, as tabelas anexas a este relatório contêm todas as informações financeiras com esse impacto favorável, conforme revisão limitada do auditor independente e ITR entregue à CVM.

DESTAQUES DO RESULTADO DO 3T21

**Receita
Líquida**
R\$ 777 mi

A **receita líquida** evoluiu para **R\$ 777 milhões** no 3T21, excluídas as receitas de construção, **+16,2%** com relação ao 3T20. As receitas de água cresceram **14,8%** e as receitas de esgoto aumentaram **21,7%** no período;

**EBITDA
Ajustado**
R\$ 182 mi

O **EBITDA Ajustado** avançou **+1,1%** no trimestre atingindo **R\$ 182 milhões**. A **margem EBITDA** registrou **23,5%**, **-3,5 p.p.** em comparação com igual período de 2020;

**Alavancagem
Total**
2,10x

A **alavancagem financeira** foi de **0,60x**, medida pela relação dívida líquida/EBITDA ajustado últimos 12 meses. A **alavancagem total** registrou **2,10x**, calculada pelo índice (dívida líquida + outras dívidas)/EBITDA ajustado UDM; e

**Lucro Líquido
Ajustado**
R\$ 97 mi

O **lucro líquido ajustado** foi de **R\$ 97 milhões**, **-1,0%** ante os **R\$ 98 milhões** registrados no 3T20. A **margem líquida ajustada** de **12,4%** no trimestre, **-2,2 p.p.** com relação a igual período de 2020.

DEMAIS DESTAQUES DO 3T21

- 🕒 Sanção da **Lei estadual nº 15.708/2021**, que autorizou a **desestatização da Corsan, inclusive por meio de IPO**, e autoriza o Governo do RS a ceder parcela do capital social aos **municípios que firmarem aditivos contratuais** com a Companhia para extensão de prazo até 2062 e adequação às metas de universalização trazidas pelo Novo Marco do Saneamento.
- 🕒 Atualização do **Plano de Investimentos para a universalização do abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2033**, com base em trabalho conduzido pela consultoria **Alvarez & Marsal**, no total de **R\$ 11,1 bilhões**: 59% para expansão da rede de esgoto, 28% para rede de água e 13% para manutenção das redes.
- 🕒 Divulgação da **Base de Ativos Regulatórios (BAR) líquida**, apurada pela Deloitte com metodologia de Valor Novo de Reposição, de **R\$ 6,9 bilhões** na data-base de 31 de março de 2020.
- 🕒 Assinatura de **contrato com o BNDES**, que será **assessor direto** do Governo do RS e da Corsan, acompanhando todas as etapas necessárias para a **desestatização**.
- 🕒 Operação com o **IFC** caracterizada como **Financiamento Sustentável** pela certificadora **SITAWI**, que avaliou indicadores e metas de sustentabilidade no contexto das **melhores práticas ESG**.



Comentário do Desempenho

 **Prêmio LatinFinance** de “Financiamento de Projetos e Infraestrutura” na categoria “Água e Saneamento” para a **4ª Emissão de Debêntures da Companhia**.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

“Seguimos focados na **transformação da Companhia** para cumprir com nosso plano de investimentos e entregar as metas de universalização previstas no **Novo Marco do Saneamento Básico**. Esse ambicioso plano atualmente prevê investimentos de mais de **R\$ 11 bilhões** até 2033. A **Lei estadual 15.708/21**, sancionada em setembro de 2021, que viabilizou que o Governo do Rio Grande do Sul transfira o controle acionário da Corsan para acionistas privados, é a grande alavanca das fontes de recursos para esses investimentos que beneficiarão toda a nossa área de concessão e a população atendida” disse Roberto Barbuti, Diretor-Presidente.

“Entregamos mais um trimestre com **desempenho operacional** consistente e focado na adoção de medidas para preparar a Corsan para uma nova fase de sua história. Enquanto nossa receita apresentou crescimento de **16,2%** no trimestre, mantivemos nossos esforços para **melhorar a eficiência operacional** da Companhia, apresentando uma **Margem EBITDA Ajustada de 23,5%**” comentou Douglas Casagrande, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

“Nosso compromisso com uma administração financeira sólida e com os temas de sustentabilidade foi recentemente atestado pela **LatinFinance**, renomada publicação do mundo dos investimentos, com o **prêmio “2021 Project & Infrastructure Finance”** para a 4ª Emissão de Debêntures da Companhia. No campo Socioambiental, temos orgulho de anunciar o início do movimento **Água 360º**, propondo **soluções ambientais em todas as etapas do caminho da água**. Seguimos fiéis ao nosso propósito de perseguir contínua evolução, eficiência operacional e a entrega de melhoras efetivas na qualidade de vida da população gaúcha” completou Roberto Barbuti.

Benefícios aos Municípios do Estado do RS

Cessão de Ações da Corsan aos Municípios: Como sinal de compromisso com a população, a Lei Estadual 15.708/21, sancionada pelo Governador Eduardo Leite, prevê que o Estado ceda, a título de incentivo e reconhecimento pela parceria histórica e futura, até 63 milhões de ações (cerca de 10% do seu capital atual) aos Municípios atendidos pela Companhia que assinem aditivos contratuais para adequação dos ao Novo Marco do Saneamento. Com o mesmo intuito, está prevista a instituição de uma política de contratação preferencial, desde que com padrões de excelência e qualidade, de obras e serviços que priorize o relacionamento comercial com empresas sediadas no Estado do RS, bem como articular com as agências reguladoras as medidas necessárias para identificação e cadastramento dos beneficiários da tarifa social.

Benefícios Disponíveis aos Municípios que Optarem por receber Ações da Corsan: A Lei Estadual 15.708/21 e a estratégia adotada pela Corsan para incentivar a adesão dos Municípios à nova fase da Companhia, traz os seguintes benefícios aos Municípios:

- Garantia de prestação de serviços pela Corsan até 2062, com a realização de investimentos pela Companhia da ordem de R\$11,1 bilhões no período 2021 a 2030, viabilizando a universalização do abastecimento de água e da coleta e do tratamento de esgoto, em benefício da população gaúcha, como estabelecido pelo Novo Marco do Saneamento (Lei federal nº 14.026/2020);

Comentário do Desempenho

- Proposta de não aumento real nas tarifas de água e esgoto até 2027, com a aplicação apenas da variação anual do Índice Nacional de Preços Amplo – IPCA entre os anos de 2022 e 2026. A partir de 2028, a metodologia para definição dos reajustes tarifários anuais será determinada observando as normas de referência a serem emitidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA;
- Cessão aos Municípios de até 63 milhões de ações da Corsan (cerca de 10% do capital), cuja divisão será proporcional à participação de cada município no faturamento total da Corsan.

Municípios que já Assecuraram os Benefícios com a Assinatura de Aditivos Contratuais: Em 9/11/2021 a Corsan assinou aditivos contratuais com os Municípios de Bento Gonçalves, Balneário Pinhal, Imbé, Viamão e Tramandaí, e protocolos de intenções com Esteio, Gravataí, Nova Petrópolis, Santa Maria e Lagoa Vermelha. Esses 10 importantes municípios do Rio Grande do Sul representam, somados, cerca de 22% do faturamento da Companhia.

Os municípios de Torres e de Rio Grande já informaram, no âmbito do evento, que serão os próximos a aderirem aos benefícios disponibilizados no âmbito de assinatura dos aditivos com a Corsan, em conformidade com Comunicado ao Mercado divulgado pela Cia.

Os municípios interessados em garantir esses benefícios precisam concluir as assinaturas dos seus aditivos contratuais até 16/12/2021, nos termos da Lei estadual nº 15.708/21

A Administração.



Comentário do Desempenho

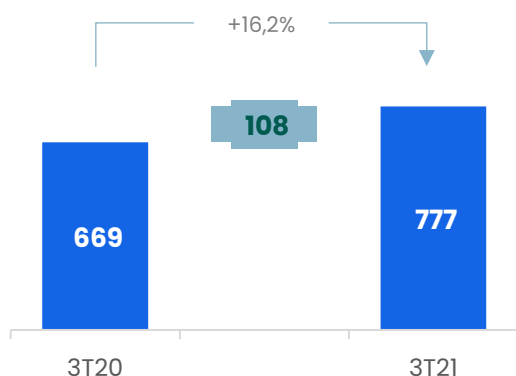
DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

(R\$ mil)	3T21	3T20	Δ (%)	9M21	9M20	Δ (%)
Receita Operacional Líquida	777.102	668.767	16,2%	2.285.068	2.078.514	9,9%
Receita de Água	822.733	716.418	14,8%	2.418.646	2.220.687	8,9%
Receita de Esgoto	65.854	54.097	21,7%	191.656	168.112	14,0%
Deduções da Receita	(111.485)	(101.748)	9,6%	(325.234)	(310.285)	4,8%
Custos e Despesas Operacionais	(594.623)	(488.317)	21,8%	(1.650.872)	(1.455.571)	13,4%
Custos dos Serviços	(442.704)	(399.850)	10,7%	(1.264.382)	(1.148.461)	10,1%
SG&A	(173.409)	(137.902)	25,7%	(440.166)	(371.342)	18,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	21.490	49.435	-56,5%	53.675	64.232	-16,4%
EBITDA Ajustado	182.479	180.449	1,1%	634.196	622.943	1,8%
Margem EBITDA ajustada	23,5%	27,0%	-3,5 p.p.	27,8%	30,0%	-2,2 p.p.
Depreciações e Amortizações	(44.494)	(43.742)	1,7%	(133.167)	(125.890)	5,8%
EBIT Ajustado (Lucro Operacional)	137.985	136.707	0,9%	501.029	497.053	0,8%
Margem EBIT Ajustado	17,8%	20,4%	-2,7 p.p.	21,9%	23,9%	-2,0 p.p.
Resultado Financeiro	(37.735)	(35.567)	6,1%	(53.232)	(28.799)	84,8%
Lucro Líquido antes da CSLL	100.249	101.140	-0,9%	447.797	468.254	-4,4%
CSLL	(3.501)	(3.415)	2,5%	(27.134)	(28.165)	-3,7%
Lucro Líquido Ajustado	96.748	97.725	-1,0%	420.662	440.088	-4,4%
Margem Líquida ajustada	12,4%	14,6%	-2,2 p.p.	18,4%	21,2%	-2,8 p.p.

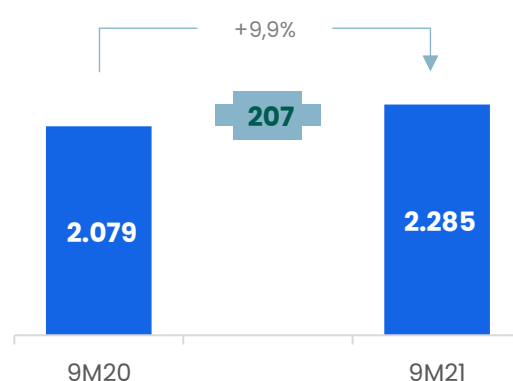
RECEITA LÍQUIDA

No 3T21, a receita operacional líquida¹ atingiu R\$ 777,1 milhões, um aumento de 16,2% em relação ao 3T20. Os reajustes tarifários aplicados no período, em outubro de 2020 e julho de 2021, além do crescimento orgânico de economias de água e de esgoto, explicam a variação.

Evolução da Receita Líquida (R\$ milhões)



Evolução da Receita Líquida (R\$ milhões)

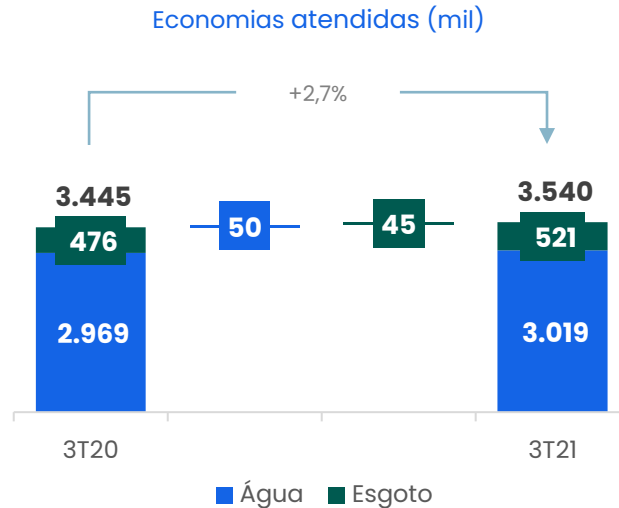


¹ Receita Operacional Líquida: exclui receitas de construção.

Comentário do Desempenho

ECONOMIAS² DE ÁGUA E ESGOTO

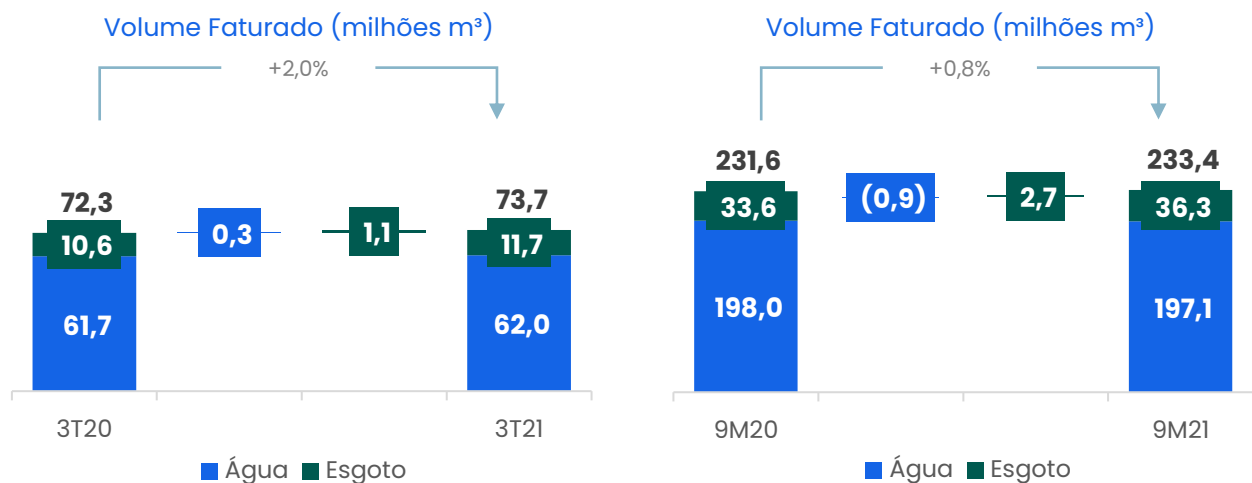
No 3T21, o número de economias atendidas com água apresentou um aumento de 1,7% em comparação com o 3T20, atingindo a marca de 3,02 milhões. As economias atendidas com coleta e tratamento de esgoto cresceram 9,4%, atingindo 521 mil – refletindo os investimentos e esforços para expansão da rede.



VOLUME FATURADO

No 3T21, o volume faturado total atingiu 73,7 milhões de m³, um aumento de 2,0% em relação ao 3T20.

O volume faturado de água apresentou um crescimento de 0,5% e está relacionado ao crescimento orgânico. O volume faturado de esgoto apresentou crescimento de 10,7% em comparação com o 3T20 – refletindo novamente a ampliação da cobertura nos municípios atendidos pela Corsan. Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado de água e esgoto.

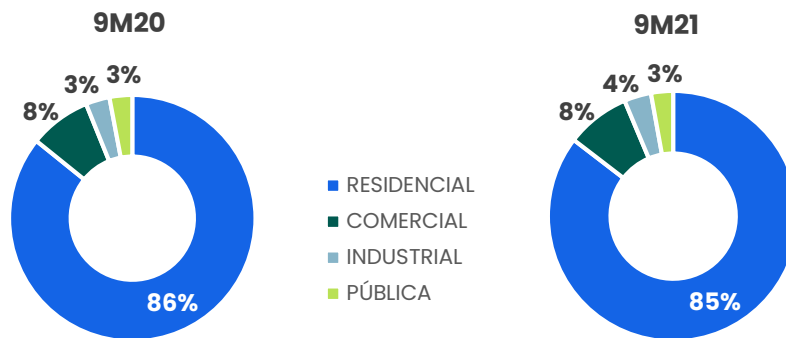


² Economias: imóvel cadastrado de uma única ocupação, ou subdivisão cadastrada de um imóvel, com ocupação independente dos demais, perfeitamente identificável e/ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação, dotado de instalação privativa ou comum, para uso dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário.

Comentário do Desempenho

A seguir é demonstrado o volume faturado total por categoria. A maior concentração de clientes está no segmento residencial, responsável por 85% do faturamento.

Volume Faturado de água e esgoto por categoria (%)



CUSTOS E DESPESAS

No 3T21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação, custos de construção e eventos não recorrentes, totalizaram R\$ 594,6 milhões, um aumento de 21,8% em comparação com o 3T20. O incremento de R\$ 106,3 milhões nos custos e despesas nesse trimestre decorreu, principalmente, da variação dos custos e despesas com pessoal e do aumento nos preços de materiais e nas tarifas de energia elétrica.

A participação dos custos, despesas administrativas e comerciais (excluindo efeitos não recorrentes) na receita líquida foi de 76,5% no 3T21, 3,5 p.p. maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

No 9M21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação, custos de construção e eventos não recorrentes, totalizaram R\$ 1,65 bilhão, um aumento de 13,4% na comparação com os nove primeiros meses de 2020.

Na tabela a seguir detalhamos as variações das linhas de custos e despesas nos períodos em análise:

(R\$ mil)	3T21	3T20	Δ (%)	9M21	9M20	Δ (%)
Pessoal	(268.333)	(233.213)	15,1%	(779.971)	(695.025)	12,2%
Indenizações e provisões trabalhistas	(28.513)	(41.161)	-30,7%	(73.151)	(79.962)	-8,5%
Provisões de pós-emprego	(7.647)	(3.124)	144,7%	(27.122)	(5.317)	410,1%
Materiais	(34.577)	(28.883)	19,7%	(88.676)	(89.974)	-1,4%
Energia	(85.452)	(73.439)	16,4%	(249.389)	(238.690)	4,5%
Serviços de Terceiros	(103.168)	(85.979)	20,0%	(289.030)	(262.250)	10,2%
Contraprestação PPP - RMPA	(10.036)	-	N/A	(31.020)	-	N/A
Gerais	(38.376)	(35.412)	8,4%	(65.203)	(100.973)	-35,4%
PECLD	(8.787)	(3.984)	120,6%	(26.003)	(15.947)	63,1%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(9.737)	16.879	-157,7%	(21.306)	32.565	-165,4%
Subtotal	(594.625)	(488.315)	21,8%	(1.650.871)	(1.455.573)	13,4%
Depreciações e amortizações	(44.494)	(43.742)	1,7%	(133.167)	(125.890)	5,8%
Custo de Construção	(64.543)	(74.416)	-13,3%	(205.475)	(207.270)	-0,9%
Custos e Despesas não recorrentes	(19.505)	(4.689)	316,0%	(106.587)	751.094	-114,2%
Total	(723.168)	(611.163)	18,3%	(2.096.101)	(1.037.640)	102,0%

Comentário do Desempenho

Pessoal:

No 3T21, os custos e despesas com pessoal totalizaram R\$ 268,3 milhões, um crescimento de 15,1% em comparação com o 3T20. O aumento de R\$ 35 milhões no período foi influenciado pelos reajustes salariais concedidos a partir da assinatura do mais recente acordo coletivo e da provisão do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPLR), que registrou aumento de R\$ 6 milhões (125% de variação). Os custos e despesas com pessoal aqui demonstrados incluem apenas o gasto com pessoal ativo, não considerando as despesas com indenizações trabalhistas e as provisões previdenciárias.

Indenizações e provisões trabalhistas e de pós-emprego:

No 3T21, os custos e despesas com indenizações e provisões trabalhistas totalizaram R\$ 28,5 milhões, uma redução de 30,7% em comparação com o 3T20. As provisões de pós-emprego totalizaram R\$ 7,6 milhões, com aumento de 145%, em razão da atualização do cálculo atuarial para cobertura do passivo do plano de pensão do qual a Companhia é patrocinadora. As alterações na estrutura a termo da economia (aumento das taxas de juros de longo prazo) determinaram o aumento dessa provisão.

Materiais:

No 3T21, os custos e despesas com materiais totalizaram R\$ 34,6 milhões, um acréscimo de 19,7% em relação ao 3T20. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do aumento nos preços de aquisição de combustíveis e de materiais e produtos químicos (tais como sulfato de alumínio, ácido sulfúrico, materiais de laboratório, e cloro).

Energia Elétrica:

Os gastos com energia elétrica totalizaram R\$ 85,4 milhões no 3T21, um aumento de 16,4% na comparação com o 3T20, explicado principalmente pelos aumentos tarifários aplicados no período, compensados parcialmente pela ampliação da aquisição de energia no ambiente de contratação livre, o qual terá continuidade nos próximos períodos trimestrais

Serviços de Terceiros:

Os custos e despesas com terceiros totalizaram 103,2 milhões no 3T21, +20% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais fatores que influenciaram essa variação foram:

- Os serviços especializados de terceiros, que inclui o trabalho das consultorias contratadas para suportar as entregas estratégicas da Companhia;
- Renovação e novos contratos de apoio operacional em diversos municípios.

Comentário do Desempenho

Contraprestação PPP – RMPA:

No 3T21, as despesas de contraprestação no âmbito da Parceria Público-Privada (PPP) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) totalizaram R\$ 10 milhões. A PPP consiste numa concessão administrativa ao parceiro privado para a operação de serviços de esgoto e execução de obras para ampliação da rede e infraestrutura em 9 municípios, durante 35 anos. A Corsan mantém contratos diretamente com os municípios da área de abrangência, bem como é responsável pela gestão comercial e pelo relacionamento com o usuário final dos serviços.

Na tabela a seguir, é apresentada uma estimativa do resultado operacional da PPP da RMPA, comparando as receitas auferidas pela Corsan na área de concessão com as despesas com contraprestação (remuneração do parceiro privado):

(R\$ mil)	3T21	9M21
Receitas de esgoto, líquidas – Municípios PPP RMPA	20.654	60.563
Receita Incremental de água, líquida*	1.898	3.270
Despesa com contraprestação	(10.036)	(31.020)
(+) Créditos tributários	928	2.869
Resultado Operacional Líquido, PPP RMPA	13.444	35.682

* Estimativa de receita incremental de água em função da renovação do parque de hidrômetros na área de PPP a cargo da parceira privada.

Gerais:

No 3T21, os custos e despesas gerais totalizaram R\$ 38,4 milhões, um aumento de 8,4% (R\$ 3 milhões) em relação ao 3T20. Os principais fatores que contribuíram:

- Indenização de R\$ 7 milhões paga a Comusa em 3T21, relacionada ao abastecimento de água no município de Estância Velha;
- Aumento de R\$ 2 milhões em locação de bens móveis;

Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD:

No 3T21, as perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, totalizaram R\$ 8,8 milhões, um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior. Explica-se pelo aumento da inadimplência verificado pelo acréscimo do saldo de contas a receber vencidas a mais de 180 dias. Atualmente, a Corsan constitui a PECLD com base no período prescricional de suas faturas (5 anos para particular e 10 anos para público), representando o patamar histórico de 1% do faturamento mensal da Companhia.

Outras receitas (despesas) operacionais:

As variações nas outras receitas e despesas operacionais, líquidas, na ordem de R\$ 26,6 milhões, justificam-se em larga medida por provisões de demandas judiciais da esfera cível revertidas no 3T20.

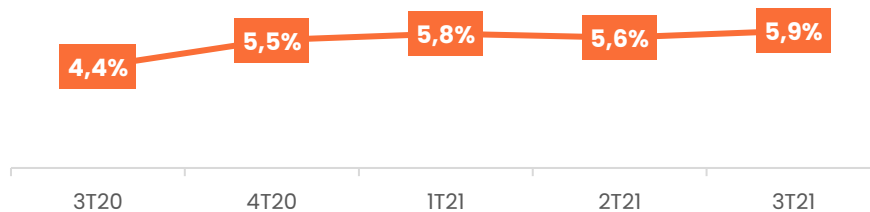
Comentário do Desempenho

INADIMPLÊNCIA

A Corsan acompanha como principal indicador de inadimplência a representatividade dos títulos com atrasos acima de 180 dias após o vencimento em relação a seu faturamento nos últimos 12 meses, por entender que esta é a melhor referência para a inadimplência estrutural do negócio. Temos como meta a redução desse índice ao prezar pela qualidade do serviço prestado, buscando manter uma comunicação clara e tempestiva com os clientes e proporcionar formas diferenciadas de quitar suas pendências.

No 3T21, o indicador de inadimplência 180 dias foi de 5,9%. Os patamares observados em 2020 e 2021 seguem refletindo os efeitos da pandemia de Covid-19, principalmente como consequência das restrições à suspensão do fornecimento de água durante o ano de 2020.

Inadimplência 180 dias/faturamento UDM

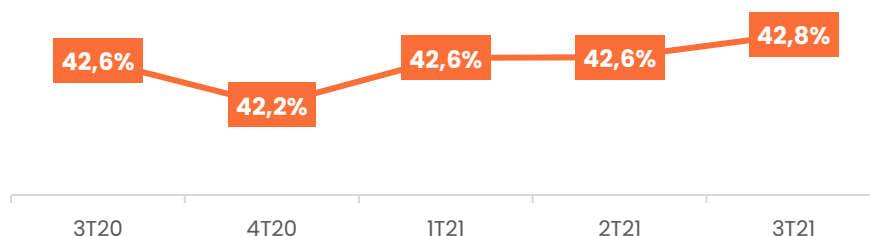


ÍNDICE DE PERDAS

O Índice de perdas na distribuição - IPD (IN049 - SNIS) é um indicador volumétrico da água na distribuição perdida, em relação à água produzida. O indicador é calculado pela diferença entre o volume de água produzido e o volume de água consumido, dividido pelo volume de água produzido.

No 3T21, o índice de perdas da Corsan atingiu 42,8%, um incremento de 0,2 p.p. com relação ao mesmo período do ano anterior. A Companhia segue comprometida com a meta de redução do índice para 35% até 2024 como condicionante do empréstimo contratado junto ao IFC, o que representará 20% de redução nas perdas.

Índice de perdas na distribuição - IPD (IN049)



Comentário do Desempenho**EBITDA AJUSTADO**

O EBITDA Ajustado foi construído pela Companhia com a intenção de permitir melhor interpretação do desempenho operacional, modelo de negócio e conversão de caixa. A métrica busca eliminar efeitos de receitas e despesas não recorrentes, assim como afastar o resultado da margem de construção (diferença entre as receitas e custos de construção).

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado, demonstrando quais os efeitos foram excluídos e adicionados:

(R\$ mil)	3T21	3T20	Δ (%)	9M21	9M20	Δ (%)
Lucro Líquido	129.147	180.578	-28,5%	314.078	1.681.328	-81,3%
(+/-) Resultado Financeiro	28.785	23.431	22,9%	117.312	(505.137)	-123,2%
(+) CSLL	(38.164)	(71.406)	-46,6%	(33.913)	73.739	-146,0%
(+) Depreciações e amortizações	44.494	43.742	1,7%	133.167	125.890	5,8%
EBITDA	164.263	176.345	-6,9%	530.644	1.375.820	-61,4%
Margem EBITDA	21,1%	26,4%	-5,2 p.p.	23,2%	66,2%	-43,0 p.p.
(+/-) Efeitos não recorrentes	19.505	4.689	316,0%	106.587	(751.094)	-114,2%
Reconhecimento/efeitos da imunidade tributária	(3.628)	(13.705)	-73,5%	4.454	(834.488)	-100,5%
Aportes extraordinários - PPP	-	-	N/A	-	27.000	-100,0%
Provisões adicionais - passivo trabalhista	23.133	-	N/A	102.133	-	N/A
Títulos incobráveis	-	18.394	N/A	-	37.394	N/A
Baixa de ativos (obras em andamento)	-	-	N/A	-	19.000	-100,0%
(+/-) Outros efeitos: margem de construção	(1.289)	(585)	120,4%	(3.036)	(1.784)	70,2%
EBITDA Ajustado	182.479	180.449	1,1%	634.196	622.943	1,8%
Margem EBITDA Ajustado	23,5%	27,0%	-3,5 p.p.	27,8%	30,0%	-2,2 p.p.

Os motivos que justificam as adições e exclusões são os seguintes:

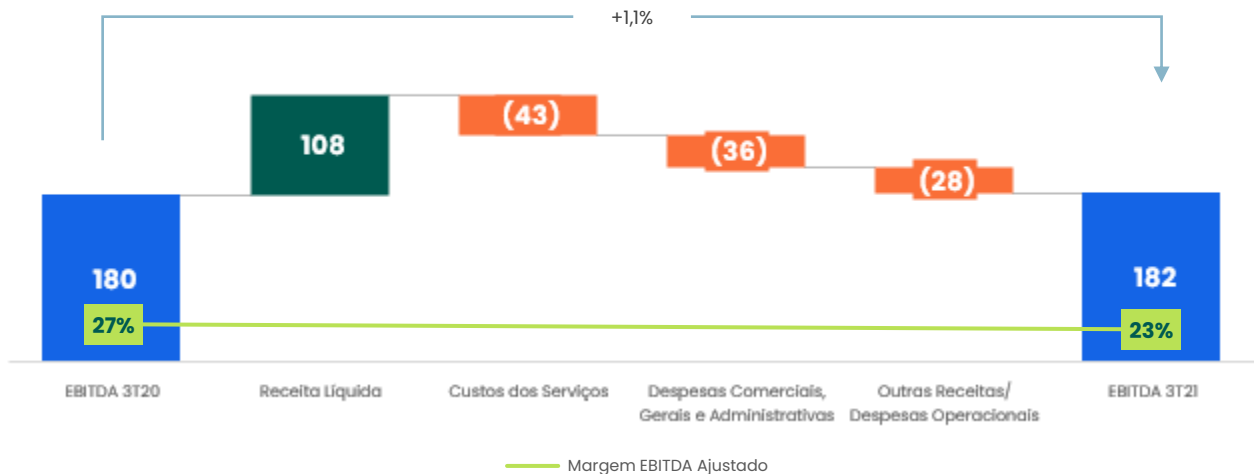
- O reconhecimento da imunidade tributária impostos federais, cuja ação judicial está transitada em julgado, teve impacto superior a R\$ 800 milhões no resultado operacional de 2020 – dificultando em larga medida a comparabilidade com outros períodos;
- Os aportes extraordinários referem-se a gastos pontuais relacionados ao acordo celebrado para aditamento dos contratos dos municípios contemplados pela PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre;
- As provisões de passivo trabalhista tratam de ações que foram atualizadas quanto à expectativa de perda, após decisões de órgãos judiciais colegiados. O valor aqui considerado como ajuste representa os esforços internos para aprimoramento do provisionamento relacionado ao contencioso trabalhista. Esse trabalho de revisão vem sendo executado em 2021; por sua natureza extraordinária, a Companhia entende que os efeitos devem ser afastados da análise do desempenho do período em tela;
- A Companhia aperfeiçoou sua política de provisionamento de perdas em 4T20. Por isso, a fim de se ter uma melhor comparabilidade entre os períodos analisados, as perdas efetivas (“incobráveis”) de 2020 foram excluídas;
- As baixas de ativos referem-se a um conjunto de obras que estavam classificadas como “em andamento” e que foram descontinuadas. A Companhia considera esse evento como não recorrente.

Comentário do Desempenho

No 3T21, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 182,5 milhões, um aumento de 1,1% em comparação com o 3T20, excluindo eventos não recorrentes. A Margem EBITDA do 3T21 ficou em 23,5%, 3,5 p.p. abaixo da mesma linha no 3T20.

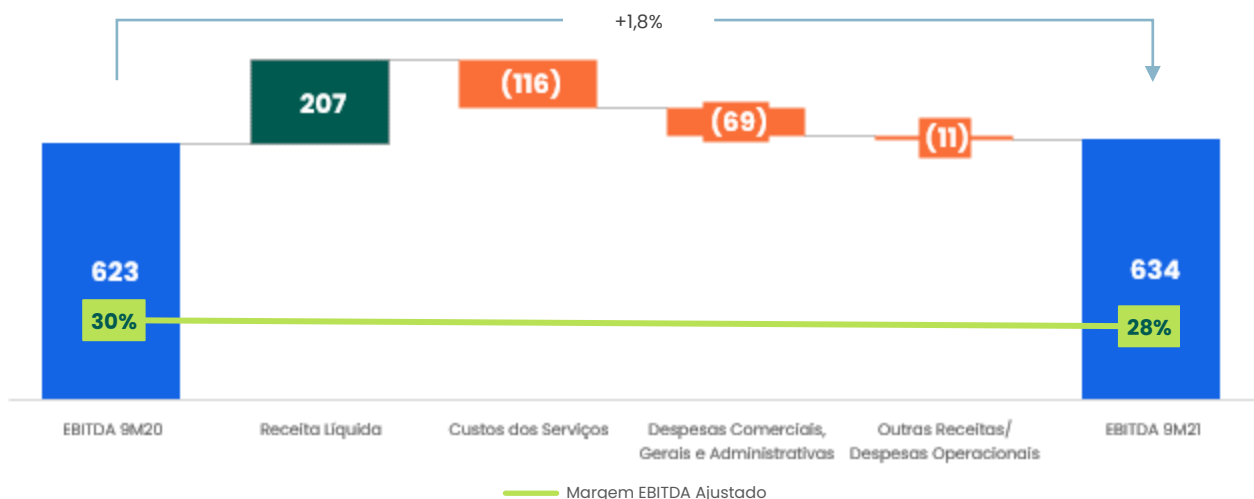
O aumento do EBITDA Ajustado é resultado do crescimento de 16,2% da receita operacional líquida, impulsionada pelos reajustes tarifários ocorridos no período. A elevação mais do que compensou o aumento dos custos e despesas (21,8%).

Evolução do EBITDA Ajustado (R\$ milhões)



No 9M21, o EBITDA foi de R\$ 634,2 milhões, um aumento de 1,8% na comparação com 9M20, excluindo os efeitos dos eventos não recorrentes. A Margem EBITDA recuou 2,2 p.p. no período.

Evolução do EBITDA Ajustado (R\$ milhões)



LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

O Lucro Líquido Ajustado é demonstrado com a intenção de permitir melhor interpretação e comparabilidade entre os períodos apresentados. O reconhecimento do crédito oriundo da imunidade tributária – evento extraordinário e com grande impacto no resultado líquido de 2020 – é o motivador dos

Comentário do Desempenho

ajustes no Resultado Financeiro (em que são afastados os efeitos das correções monetárias do crédito) e na CSLL (em que se ajustam os ganhos e perdas na apuração da CSLL decorrentes desse evento). Os ajustes no EBITDA foram explicados anteriormente, consistindo na eliminação dos eventos não recorrentes e da margem de construção.

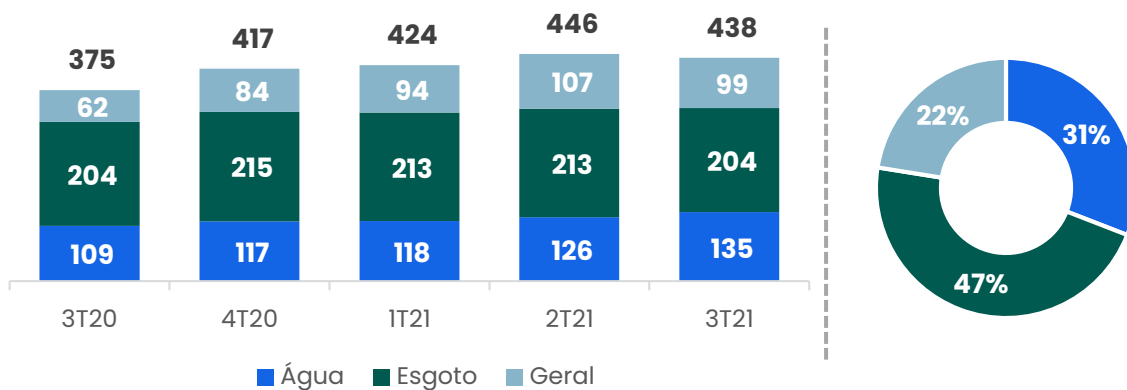
A tabela a seguir apresenta a reconciliação do Lucro Líquido com o Lucro Líquido Ajustado:

(R\$ mil)	3T21	3T20	Δ (%)	9M21	9M20	Δ (%)
Lucro Líquido	129.147	180.578	-28,5%	314.078	1.681.328	-81,3%
<i>Margem Líquida</i>	<i>16,6%</i>	<i>27,0%</i>	-10,4 p.p.	<i>13,7%</i>	<i>80,9%</i>	-67,1 p.p.
(+/-) Ajustes no EBITDA	18.216	4.104	343,9%	103.551	(752.877)	-113,8%
(+/-) Ajustes no Resultado Financeiro	(8.950)	(12.136)	-26,3%	64.080	(533.936)	-112,0%
(+/-) Ajustes na CSLL	(41.665)	(74.820)	-44,3%	(61.047)	45.574	-234,0%
Lucro Líquido Ajustado	96.748	97.725	-1,0%	420.662	440.088	-4,4%
<i>Margem Líquida ajustada</i>	<i>12,4%</i>	<i>14,6%</i>	-2,2 p.p.	<i>18,4%</i>	<i>21,2%</i>	-2,8 p.p.

CAPEX

No período acumulado de 12 meses findos no 3T21, a Companhia realizou R\$ 438,4 milhões em investimentos, um aumento de R\$ 63,4 milhões em comparação com o ano anterior. O aumento no nível de investimento da Companhia é decorrente da busca de atingimento da meta de ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto.

CAPEX total acumulado em 12 meses (R\$ milhões)



Comentário do Desempenho

Em setembro de 2021, a Companhia anunciou a atualização de seu Plano de Investimentos, com base em trabalho conduzido pela consultoria **Alvarez & Marsal**. Os **investimentos projetados** passam para **R\$11,1 bilhões até 2033**, sendo estimados 59% para expansão de esgoto, 28% para expansão da rede de água, e 13% para manutenção das redes em operação.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2033	Total
Investimentos - Expansão	228	519	1.023	1.113	1.073	5.683	9.638
Água	129	285	609	567	458	1.090	3.137
Esgoto	99	234	414	546	615	4.593	6.501
Investimentos - Manutenção	233	577	94	64	41	478	1.487
Total³	461	1.096	1.117	1.177	1.114	6.160	11.125

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 1,1 bilhão no 3T21, um aumento de R\$ 538,2 milhões com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, em função, principalmente, da emissão de debêntures.

O saldo de caixa e equivalentes somou, em 30/09/2021, R\$ 604,7 milhões, aumento de R\$ 365,4 milhões em comparação com a mesma data do ano passado. Essa variação é também explicada pela captação via emissão de debêntures.

Por entendermos que a natureza do passivo da Companhia não é de origem meramente financeira, criamos, para fins de análise, o indicador **Alavancagem Total**, que inclui dívidas não financeiras e reflete de maneira mais realista a situação das obrigações da Companhia.

O indicador, medido pelo índice **Dívida Líquida e Outras Dívidas/EBITDA Ajustado UDM**, registrou **2,10x** em 30/09/2021, ante 2,08x na mesma data do ano anterior, principalmente em função da elevação da Dívida Líquida financeira.

A alavancagem financeira da Companhia, medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado UDM aumentou em relação ao mesmo período do ano anterior e está em 0,60x.

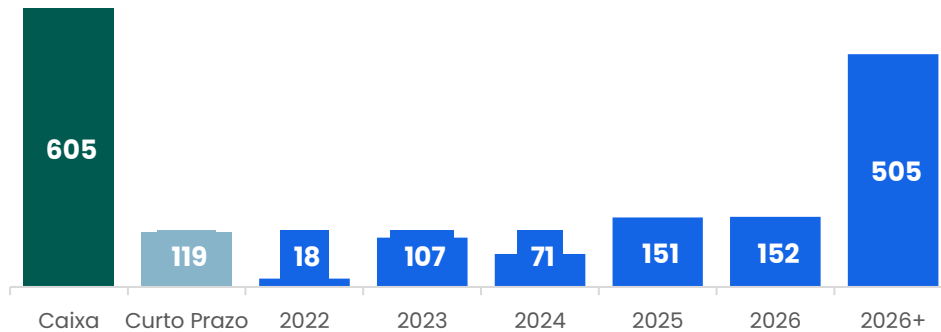
(R\$ mil)	3T21	3T20	Δ (%)
Dívida Líquida e Outras Dívidas	1.813.678	1.771.531	2,4%
(+) Dívida Líquida	518.708	345.846	50,0%
(+) Dividendos a pagar	-	357.410	N/A
(-) Precatórios a receber	(345.421)	(219.228)	57,6%
(+) Passivo Contingente Líquido	658.211	400.431	64,4%
(+) Obrig. Previdenciárias	695.286	616.576	12,8%
(+) Plano de Ass. Médica	266.971	235.438	13,4%
(+) Parc. Dívidas Tributárias	19.923	35.058	-43,2%
EBITDA Ajustado (12 meses)	864.883	850.420	1,7%
<i>Dívida Líquida e Outras Dívidas / EBITDA Ajustado</i>	<i>2,10x</i>	<i>2,08x</i>	
<i>Dívida Líquida / EBITDA Ajustado</i>	<i>0,60x</i>	<i>0,41x</i>	

³ Não contempla os investimentos a cargo do parceiro privado na PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre.

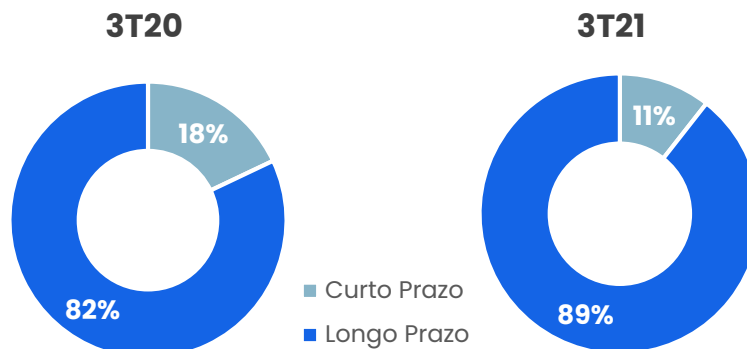
Comentário do Desempenho

No período encerrado em 3T21, a dívida de curto prazo da Companhia representa 10,6% do endividamento total e 19,7% do saldo de caixa e equivalentes, como demonstram os gráficos a seguir:

Caixa e Cronograma de amortização da dívida (R\$ milhões)

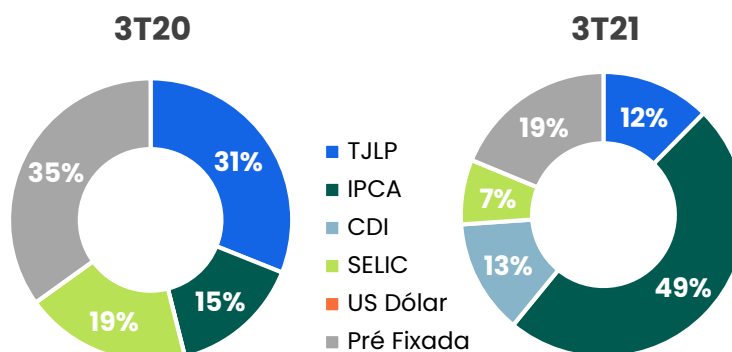


Distribuição da dívida (%)



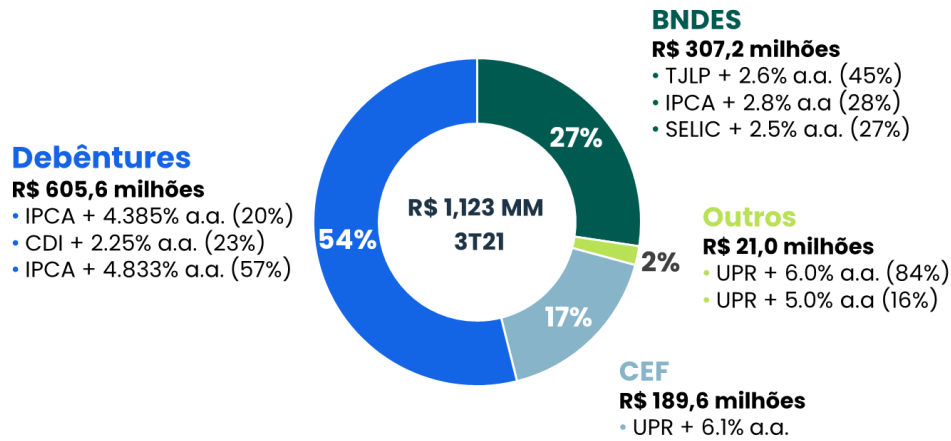
Atualmente, a dívida financeira da Corsan está atrelada majoritariamente ao IPCA. O aumento da participação do indexador é característico das linhas de financiamento das Debêntures e BNDES contratadas pela Companhia no período. Os gráficos a seguir apresentam a composição da dívida bruta por indexador:

Endividamento bruto por indexador (%)



Perfil do Endividamento (%)

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

No 3T21, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 28,8 milhões. A variação de R\$ 5,3 milhões entre 3T20 e 3T21 é largamente explicada pelos juros relacionadas à emissão de debêntures e atualização monetária de precatórios. Destaca-se também o aumento das receitas financeiras com o rendimento de aplicações, relacionadas ao aumento do caixa e equivalentes e à recente subida das taxas de juros.

(R\$ mil)	3T21	3T20	Δ (%)	9M21	9M20	Δ (%)
Receitas financeiras	45.554	31.472	44,7%	98.476	73.168	34,6%
Despesas financeiras	(83.290)	(67.038)	24,2%	(224.739)	(101.967)	120,4%
Resultado financeiro Ajustado	(37.736)	(35.566)	6,1%	(126.263)	(28.799)	338,4%
(+) Ajustes variações da imunidade tributária	8.950	12.136	-26,3%	8.950	533.936	-98,3%
Resultado financeiro líquido	(28.785)	(23.431)	22,9%	(117.312)	505.137	-123,2%

INFORMAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA

A Corsan atua em um **setor que está essencialmente ligado às questões de sustentabilidade**, tendo contribuição direta para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) e **gerando externalidades positivas** à sociedade com a prestação dos seus serviços de saneamento. A entrega da meta de universalização contida no Novo Marco do Saneamento Básico **proporcionará tratamento de esgoto para mais de 5 milhões de pessoas no Estado do RS.**

Água 360°

Ultrapassando as fronteiras do saneamento básico, a **Corsan amplia seu conjunto de serviços em todo o caminho da água**, com fortes investimentos em inovação e tecnologia. O **movimento Água 360°** tem como objetivo ampliar a visão sobre a água e é também um convite ao cuidado com esse bem essencial para todos na busca pela sustentabilidade hídrica e com a participação da sociedade.

O programa estabelece **4 eixos** de atuação que visam melhorias no **acesso e uso dos recursos hídricos** como **ferramenta de desenvolvimento econômico** através de ações para o meio ambiente em diferentes regiões do estado:

1) Cuidado 360°:

Comentário do Desempenho

Investimentos recentes: objetivo de reduzir perdas físicas na rede de distribuição; comerciais (uso não faturado); substituição de bombas obsoletas e equipamentos grandes consumidores de energia elétrica – frentes de ação que dialogam diretamente com o contrato firmado com o IFC.

Sustentabilidade dos processos: projetos de gerenciamento de resíduos, tais como o lodo das Estações de Tratamento de Água, que pode se transformar em subproduto; contrato com o Senai para gerenciamento de resíduos sólidos, proporcionando uma gestão integrada a partir de um diagnóstico ambiental abrangendo Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e a Sede da Companhia.

Conservação dos recursos hídricos: garanti de conservação dos mananciais do estado, em conjunto com os comitês de bacias hidrográficas; parceria com o Ministério Público do RS para mapear e conservar as nascentes por meio do aplicativo **Água para o Futuro** e do **Programa Especial de Pagamento por Serviços Ambientais** (PPSA), como forma de fomentar práticas de recuperação e conservação de áreas de proteção permanente (APPs) associadas às nascentes, o que contribui para a segurança hídrica e o abastecimento público de água.



2) Educação 360°: plano de sensibilização das gerações futuras para a importância dos recursos hídricos com metas e diretrizes definidas para 310 multiplicadores ambientais que atuam nos municípios atendidos pela Companhia. A proposta é criar consciência a partir da transformação cultural. Acreditamos que a água é o futuro das crianças e é por meio delas que podemos garantir o hoje e o amanhã. Programas:

- **Parceria com o Senai:** capacitação dos funcionários da Companhia e multiplicadores, com conteúdos técnicos e estratégias didáticas de ensino;
- **H2oje:** plataforma de educação ambiental que disponibiliza podcasts, vídeos e outras ferramentas interativas para criar consciência a partir da transformação da cultura de preservação ambiental – um verdadeiro sistema integrado que reúne informações e alerta sobre a sustentabilidade hídrica;
- **Jovens Embaixadores do Saneamento:** viagem de estudos virtual para alunos de escolas públicas, visando trabalhar a educação ambiental nas regiões próximas das obras e aproximando a Corsan da comunidade.

3) Turismo 360°: ações para a conservação dos recursos hídricos e cuidados com o meio ambiente em municípios turísticos, atraindo mais pessoas, o que leva ao aumento natural do potencial econômico do estado. Investimentos em tecnologia, modernização e eficiência operacional, tais como:

- Aumento de capacidade de tratamento e atendimento ao volume exigido pela expansão das atividades nos municípios da serra gaúcha, como Gramado e Canela;
- Plano de abastecimento e tratamento de esgoto na região litorânea do estado.

Comentário do Desempenho

4) Serviços 360°: desenvolvimento de projetos de inovação para melhorar os processos no caminho da água. Tais processos acompanham as inovações atuais com o objetivo de automatizar o serviço e qualificar ainda mais o atendimento. Implantação de sistema de tecnologias e metodologias inteligentes, com automação das análises e controle de parâmetros de potabilidade na Estação.

Programa Água, Vida e Cidadania: abastecimento de água para as famílias em áreas de ocupação consolidada que não têm acesso à água tratada de qualidade, proporcionando saúde, dignidade e cidadania.

Solutrat: programa de limpeza de fossas sépticas, com o descarte do esgoto doméstico através de uma frota de caminhões-fossa. O programa visa ainda trazer informações para o cidadão sobre a importância e os benefícios da realização desta limpeza para o meio ambiente.

Iniciativas Sociais

No quadro abaixo, são apresentados indicadores sociais da Companhia:

	3T21		2T21		2020		2019	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Relações trabalhistas								
Gênero (Quantidade)	1570	4327	1598	4372	1602	4427	1596	4475
Gênero (%)	26,6	73,4	26,8	73,2	26,6	73,4	26,3	73,7
Cargos de Gestão (Quantidade)	107	301	107	301	110	298	108	292
Cargos de Gestão (%)	26,2	73,8	26,2	73,8	27,0	73,0	27,0	73,0
Idade								
Até 29 anos (%)	4,3	2,1	7,1	2,8	7,6	3,4	9,9	4,6
Entre 30 e 49 anos (%)	68,2	54,1	66,8	55,1	67,6	56,2	67,3	57,7
Entre 50 e 69 anos (%)	26,8	42,2	25,5	40,8	24,3	39,2	22,3	36,8
Acima de 70 (%)	0,7	1,7	0,6	1,3	0,6	1,2	0,5	0,9
Força de Trabalho Ativa Coberta por Acordos de Negociação Coletiva (%)	100	100	100	100	100	100	100	100
Número e Duração de Greves e Bloqueios (dias)	0	0	0	0	0	0	0	0

Comentário do Desempenho

Governança

No quadro abaixo, são apresentados indicadores relacionados a governança:

Governança	3T21
Administração	
Conselheiros Independentes (%)	67%
Comitês e Políticas	
Número de Comitês (todos com membros independentes incluídos)	3
Política de Integridade (disponível no site de RI da Companhia)	✓
Divulgação de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários (disponível no Site de RI da Companhia)	✓
Assembleia de Acionistas	
Representação no Capital Votante das Assembleias Gerais (%)	100%

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em outubro de 2021, o Conselho de Administração da Corsan aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1,3 bilhão, correspondente à porção controversa do Crédito da Imunidade Tributária, que pende de expedição de precatório. A liquidação dos dividendos se dará por meio de cessão da posição processual, isto é, transferência do direito ao recebimento integral do crédito ao Acionista Controlador – não tendo efeito caixa.

O efeito no Patrimônio Líquido da Companhia é demonstrado a seguir:

Efeito no Patrimônio Líquido



Comentário do Desempenho

ANEXOS

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de reais)	30/09/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE	1.222.875	774.855
Caixa e equivalentes de caixa	604.687	233.267
Aplicações financeiras	0	11.339
Contas a receber de clientes	468.296	415.615
Estoques	121.184	102.983
CSLL a recuperar	0	21
Depósitos judiciais	0	0
Indenizações contratuais	0	0
Outros créditos	28.708	11.630
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.440.132	6.152.587
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.887.116	3.598.718
Aplicações financeiras	68.776	65.206
Contas a receber de clientes	3.722	3.525
Aplicações no caixa único do Estado	0	5.970
Créditos fiscais diferidos	138.616	66.694
Depósitos judiciais	0	0
Ativos financeiros contratuais	621.871	588.827
Indenização por desapropriação	46.154	42.191
IRPJ e CSLL a recuperar	1.307.972	1.430.357
Ativos de contratos	1.352.988	1.174.160
Precatórios a receber	345.421	220.154
Outros créditos	1.596	1.634
INVESTIMENTOS	845	845
IMOBILIZADO	157.366	168.505
INTANGÍVEL	2.394.805	2.384.519
TOTAL ATIVO	7.663.007	6.927.442

(continua na próxima página...)

Comentário do Desempenho

(...continuação)

(Valores expressos em milhares de reais)	30/09/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE	643.148	864.436
Empréstimos e financiamentos	115.217	114.381
Debêntures	3.785	4.811
Fornecedores	121.115	118.988
Impostos e contribuições	34.872	36.183
Parcelamentos de impostos e contribuições	15.938	15.644
Dívidas com Fundação Corsan	0	0
Salários e encargos a pagar	187.007	145.109
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	0	0
Participação nos resultados	32.711	43.584
Dividendos e juros sobre o capital próprio	82.135	345.205
Passivos de arrendamento	22.853	23.674
Obrigações contratuais	17.497	9.000
Outros débitos	10.018	7.857
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.744.395	2.019.485
Empréstimos e financiamentos	402.582	473.096
Debêntures	601.811	0
Parcelamentos de impostos e contribuições	3.985	15.644
Contratos de repasse	65.175	53.895
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	658.211	467.194
Provisão para benefício pós-emprego	971.232	944.110
Débitos fiscais diferidos	36.541	41.362
Obrigações contratuais	0	4.000
Passivos de arrendamento	4.858	20.184
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.264.640	4.032.697
Capital social	1.867.716	1.682.328
Reservas de capital	17.148	17.148
Reservas de lucros	2.203.597	2.388.985
Outros resultados abrangentes	-57.170	-55.764
Lucros acumulados	233.349	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.824	10.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	4.275.464	4.043.521
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.663.007	6.927.442

Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

(Valores expressos em milhares de reais)	01/07/2021 A 30/09/2021	01/01/2021 A 30/09/2021	01/07/2020 A 30/09/2020	01/01/2020 A 30/09/2020
RECEITA LIQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	842.934	2.493.579	743.768	2.287.568
Custos das vendas, serviços e de construção	(549.213)	(1.576.742)	(514.251)	(1.489.778)
LUCRO BRUTO	293.721	916.837	229.517	797.790
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(173.953)	(519.359)	(96.913)	452.140
Despesas comerciais	(37.076)	(105.873)	(51.679)	(129.106)
Despesas administrativas	(138.862)	(436.620)	(108.374)	(344.136)
Outras receitas operacionais	8.843	41.993	69.180	984.822
Outras despesas operacionais	(6.858)	(18.859)	(6.040)	(59.440)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	119.768	397.478	132.604	1.249.930
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(28.785)	(117.313)	(23.431)	505.137
Receitas financeiras	49.366	107.426	43.607	607.104
Despesas financeiras	(78.151)	(224.739)	(67.038)	(101.967)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	90.983	280.165	109.173	1.755.067
Corrente	(7.873)	(38.009)	117.400	(33.111)
Contribuição social	(7.873)	(38.009)	117.400	(33.111)
Diferido	46.037	71.922	(45.995)	(40.628)
Contribuição social diferida	46.037	71.922	(45.995)	(40.628)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	129.147	314.078	180.578	1.681.328
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO				
PN	0,21435	0,52130	0,29972	2,79061
ON	0,19487	0,47391	0,27247	2,53692
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO				
PN	0,21435	0,52130	0,29972	2,79061
ON	0,19487	0,47391	0,27247	2,53692

Comentário do Desempenho**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

(Valores expressos em milhares de reais)	30/09/2021	30/09/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	280.165	1.755.067
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	133.167	125.890
Baixa de imobilizado, intangível e ativos de contratos	1.250	20.255
Provisão para perda esperada	26.003	15.947
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	58.943	(52.383)
Provisão para benefício pós-emprego	27.122	4.474
Provisão para participação nos resultados	32.618	14.479
Juros e variações monetárias sobre financiamentos	34.229	33.333
Juros e variações monetárias sobre outras dívidas	39.401	2.631
Apropriação de custos na captação de recursos de terceiros	1.370	-
Variações monetárias sobre contingências	149.655	73.325
Variação líquida da indenização da imunidade tributária	(6.433)	(1.392.688)
Atualização monetária de precatórios	(15.766)	(9.241)
Outros ajustes de reconciliação	1.960	-
Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	(12.896)	(1.453)
Ajuste a valor presente sobre clientes	217	370
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(29.416)	(26.672)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(3.036)	(1.784)
Provisão para tributos diferidos (Cofins/Pasep)	(4.821)	24.251
Lucro líquido ajustado	713.732	585.801
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
(Aumento) de contas a receber de clientes	(79.099)	(20.091)
(Aumento) redução de estoques	(18.155)	30.181
(Aumento) de depósitos judiciais	(17.582)	1.042
Redução (aumento) de rendimentos do Caixa Único	5.970	(2.906)
(Aumento) redução de indenização por desapropriação	(3.963)	55.314
(Aumento) redução de precatórios	(109.502)	14.781
(Aumento) de outros créditos	(17.051)	(10.365)
Redução de tributos a recuperar	128.849	(31.170)
Imunidade	-	-
Variações nos passivos:		
(Redução) de fornecedores	2.127	(15.853)
(Redução) aumento de impostos e contribuições	(1.311)	62.543
(Redução) de impostos e contribuições - parcelamento	(12.007)	(11.596)
(Redução) de dívidas com Fundação Corsan	-	(17.062)
Aumento de férias e encargos a pagar	41.898	41.230
(Redução) de participação nos resultados	(43.491)	(19.396)
(Redução) de obrigações contratuais	4.497	(33.721)
Aumento de outros débitos	2.161	1.347
Caixa proveniente das operações	597.073	630.079
Contribuição social paga	(38.009)	(30.637)
Empréstimos, financiamentos e arrendamento - pagamento de juros	(31.197)	(18.099)
Caixa líquido das atividades operacionais	527.867	581.343

(continua na próxima página...)

Comentário do Desempenho

(...continuação)

(Valores expressos em milhares de reais)	30/09/2021	30/09/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aplicações financeiras	20.665	(1.024)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(21.996)	(16.044)
Aquisição de ativos de construção	(205.475)	(207.270)
Aquisições de ativos intangíveis	(87.826)	(165.665)
Outros investimentos	-	161
Caixa líquido das atividades de investimento	(294.632)	(389.842)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Empréstimos e financiamentos - captação	13.942	31.373
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	(86.652)	(51.596)
Debêntures - captação	600.000	-
Debêntures - custo de emissão	(21.989)	-
Debêntures - pagamento	(17.355)	(8.480)
Contratos de repasse - Governo Estadual/Funasa/ANA	11.280	16.441
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(345.205)	(15.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Amortização do passivo de arrendamento	(15.836)	(17.922)
Caixa líquido das atividades de financiamento	138.185	(45.184)
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	371.420	146.317
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	604.687	239.298
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	233.267	92.981
Variação de caixa e equivalentes de caixa	371.420	146.317
Itens que não afetam caixa		
Transferências entre ativo financeiro e intangível	29.161	255.448
Transferências entre estoque e intangível	17.775	3.122
Juros capitalizados	9.820	10.005
Aumento de capital social com adiantamento para futuro aumento de capital		

Comentário do Desempenho

VIDEOCONFERÊNCIA

Data: 16 de novembro de 2021
Hora: 11h00 (Brasília) / 09h00 (US-EDT)
Webcast + Apresentação: [clique aqui](#)

CONTATO:

Relações com Investidores
ri@corsan.com.br
+55 (51) 3215-5400
<https://investidores.corsan.com.br>

SOBRE A COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN

A Corsan é responsável por construção e operação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário no estado do Rio Grande do Sul (RS). A Companhia atua em 317 de 497 municípios e possui 96,7% de universalização na disponibilidade de água potável nas áreas urbanas administradas e 18% de universalização em esgoto. Sua abrangência alcança cerca de seis milhões de pessoas. A Corsan atua, ainda, tratando efluentes industriais e resíduos sólidos do III Polo Petroquímico, sediado em Triunfo (RS), bem como efluentes industriais produzidos pelo Complexo Automotivo Industrial da General Motors do Brasil, no município de Gravataí (RS). A Corsan, sediada em Porto Alegre, é uma sociedade de economia mista, cujo controle acionário é exercido pelo Estado do Rio Grande do Sul.

MEDIDAS NÃO CONTÁBEIS

Consistentemente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis (não-GAAP) que não são reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis, inclusive “EBITDA”, “EBITDA Ajustado” e “Lucro Líquido Ajustado”. A Administração da Corsan acredita que a divulgação dessas medidas não contábeis fornece informações úteis para seus investidores, analistas de mercado e o público em geral para comparar seu desempenho operacional com o de outras companhias do segmento de saneamento e de demais setores. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizadas e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes. Destaca-se que potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento em informações não contábeis como um substituto para as medidas contábeis como rentabilidade ou liquidez.

AVISO LEGAL

Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da Corsan e que são, por natureza, sujeitas a riscos significativos e incertezas. As estimativas e projeções contidas neste documento envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, incertezas, contingências e outros fatores, muitos dos quais estão além do controle da Companhia, e que podem fazer com que os resultados, desempenhos ou eventos sejam substancialmente diferentes daqueles expressos ou implícitos nessas declarações. As declarações prospectivas constantes neste documento são baseadas em inúmeras premissas relacionadas às estratégias de negócios atuais e futuras da Corsan e ao ambiente no qual a Companhia atuará no futuro e não são garantia de desempenho futuro. A Corsan não emite qualquer declaração ou fornece qualquer garantia de que os resultados antecipados pelas estimativas constantes deste documento serão equivalentes aos efetivamente alcançados pela Companhia. Ainda que a Corsan acredite que as estimativas apresentadas sejam razoáveis, as mesmas poderão se mostrar incorretas e os resultados finais podem se mostrar diferentes. Estas são apenas estimativas e projeções e, como tais, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da Administração da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de fatores externos, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Corsan, se aplicam exclusivamente à data em que foram dadas e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Informações sobre a Companhia

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 301 contratos de programa vigentes, um anulado judicialmente (Erechim) e 15 contratos de concessão, e, concomitantemente, em 303 municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. Em 30 de setembro de 2021, há 09 contratos de concessão pendentes de regularização. O contrato do município de Erechim, bem como os outros 09 contratos que não estão vigentes representam, respectivamente, 1,51% e 0,50% da receita operacional bruta da Companhia.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020 foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atribui à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a autoridade para editar normas de referência para regular o saneamento com o objetivo de minimizar as incertezas regulatórias, bem como impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência e ampliando a concorrência no setor.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em linha com a referida lei, foi publicado em 31 de maio de 2021, o Decreto nº 10.710 que regulamenta o art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, dando diretrizes quanto à comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário.

A Companhia está realizando os procedimentos necessários para comprovação da capacidade econômico-financeira em conformidade e nos prazos estabelecidos no Decreto, através da contratação de auditor independente para emissão de parecer técnico atestando os cálculos dos indicadores econômico-financeiros de que trata o art. 5º. Os procedimentos consistem na certificação da viabilidade do plano de investimento e respectivo plano de captação de recursos. Com relação à atualização do plano de investimentos da Companhia, os trabalhos estão sendo coordenados por consultoria especializada.

No que toca ao plano de captação de recursos, além das operações já contratadas e refletidas nestas demonstrações financeiras, destaca-se, a aprovação, pela Assembleia Legislativa, e sanção do Governador do Estado, da Lei estadual nº 15.708/2021, que autoriza o Poder Executivo do Estado do RS a promover medidas de desestatização da Corsan por meio de Oferta Pública de Ações (IPO), de modo que restariam atendidas as exigências do artigo 22 do mesmo regulamento a partir da perfectibilização da operação, com decorrente presunção de sua capacidade econômico financeira nos termos do referido Decreto.

1.2) Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, que no caso da Corsan é a Diretoria Colegiada, em relação a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A prestação de serviços da Companhia tem características e natureza semelhantes, bem como a mesma categoria de clientes. A Administração entende, com base na prestação de serviços simultânea de abastecimento de água e tratamento de esgoto, em conjunto com o ambiente regulatório em que está inserida, que atua sob um único segmento de negócios que é a prestação de serviços de saneamento básico.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3) Parceria Público-Privada

Região Metropolitana de Porto Alegre

Visando acelerar a universalização do serviço de esgotamento sanitário nos Municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão, a Corsan levou a mercado o projeto de parceria público-privada.

Em 01 de junho de 2021, houve a transferência operacional definitiva à Ambiental Metrosul que passou a operar exclusivamente os sistemas de esgotamento sanitário dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, sob fiscalização da Corsan.

1.4) Impactos do Coronavírus (COVID-19)

Em 2020, o cenário mundial foi abalado pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que trouxe recessão econômica e impactos devastadores em algumas atividades econômicas, devido principalmente à necessidade de isolamento social e paralisação das atividades consideradas não essenciais. Neste contexto, o setor de saneamento é um dos serviços essenciais para o combate ao vírus, uma vez que a higiene pessoal é a principal medida de prevenção à doença.

Frente a esta situação, Administração da Companhia adotou (e ainda vem adotando) medidas de monitoramento e prevenção com a finalidade de proteger seus colaboradores e as comunidades em que atua para promover saúde e bem-estar aos seus clientes. Também com o objetivo de melhor se adequar às novas necessidades, a Corsan buscou minimizar riscos sem deixar de atender aos seus usuários, ainda que alguns aspectos tenham impactado as atividades da Companhia no período, como o aumento no prazo médio de recebimento das faturas, trazendo a necessidade de monitoramento da arrecadação diária e acompanhamento da inadimplência devido aos reflexos no caixa da empresa.

Até o presente momento a Companhia tem mantido as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Administração entende não existir grandes riscos para sua operação e concluindo que os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não sofreram impactos no período e não identificou indicativos de risco de *impairment* para esses ativos.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**2.1) Declaração de Conformidade e Base de Preparação**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 compreendem as informações financeiras intermediárias, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico “CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias”, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e com a norma internacional de contabilidade “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu no dia 08 de novembro de 2021 e aprovação pelo Conselho de Administração ocorreu no dia 12 de novembro de 2021.

2.2) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia não possui transações em moeda estrangeira, não havendo necessidade de operação de conversão.

2.3) Principais Políticas Contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis com base nas normas e pronunciamentos vigentes, a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e o detalhamento está disponível nas respectivas Notas Explicativas.

2.3.1) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.2) Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Receitas a faturar

As receitas ainda não faturadas são estimadas a partir da projeção da receita, à qual aplica-se percentual proporcional aos dias de consumo do faturamento do mês subsequente, mas que devem ser reconhecidos no mês de efetivo consumo, sendo contabilizadas na conta de Receitas a faturar.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Quando necessário, a Administração pode decidir contratar pareceres de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributo diferido ativo é reconhecido para toda a base negativa de CSLL e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização das referidas bases negativas de CSLL. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indícios de que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. A política da Administração se baseia no valor em uso aplicando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são projetados pelo período médio de vigência dos contratos de programa e não incluem investimentos futuros significativos à base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19.

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas, sendo que os principais julgamentos e estimativas relacionados estão descritos na nota 24.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS IFRS NOVOS OU REVISADOS

A Companhia observou que as emissões/alterações das normas IFRS efetivas para o exercício vigente não provocaram impacto nestas demonstrações financeiras e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Melhorias anuais nos CPC/IFRS 2018-2020

Efetua alterações nas normas CPC 37 (R1)/IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; CPC 48/IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; CPC 06 (R2)/IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e CPC 29/IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC27/IAS 16 – Imobilizado

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 25/IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual

Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração do CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguro

Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**Política Contábil:**

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	31/12/2020
Depósitos bancários livres	585.017	211.647
Depósitos bancários vinculados	19.670	21.620
Total	604.687	233.267

Tendo em vista o disposto no Decreto nº 55.846/2021 de 18 de abril de 2021 que autorizou a saída da Companhia do SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa, a partir de 30 de abril de 2021, os recursos de caixa da Companhia foram aplicados em fundos de investimento liquidez imediata e baixo risco.

Em 30 de setembro de 2021, a rubrica depósitos bancários livres apresentada como Caixa e Equivalentes de Caixa inclui o saldo de R\$ 397.580, os quais estão compromissados para uso exclusivo em projetos em virtude do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, que dispõe que a totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Debêntures da Terceira Série e/ou Quarta Série serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro ou reembolso de

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

gastos, despesas ou dívidas, conforme o caso, relacionados aos investimentos nos termos dos projetos de Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e/ou Sistema de Esgotamento Sanitário em treze municípios do Estado do Rio Grande do Sul e o Projeto de Implantação de Estação de Tratamento de Água em Santa Cruz do Sul – RS.

A conta depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem) e estão disponíveis para utilização a qualquer momento.

Os referidos recursos são aplicados em contas bancárias de liquidez imediata e exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

b) Aplicações financeiras

Banco	Vencimento	30/09/2021	31/12/2020
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	-	7.676
Banrisul Garantia Debêntures	2021	-	3.663
Total Circulante		-	11.339

Banco	Vencimento	30/09/2021	31/12/2020
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	2023	6.581	6.508
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	2027	2.276	2.027
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	2029	7.347	7.142
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	47.694	46.516
Banrisul Reserva PPP	2055	4.878	3.013
Total Não Circulante		68.776	65.206

As aplicações financeiras referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais de operações de empréstimos/financiamentos pactuados junto aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinados à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento comercial/institucional e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos estão aplicados em fundos de investimento no Banrisul e Caixa Econômica Federal, nos quais a remuneração é variável, definida por marcação a mercado. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 a rentabilidade das aplicações no Banrisul foi de 1,26% e na Caixa Econômica Federal foi de 1,33%.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**Política Contábil:**

Contas a receber de clientes: Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês.

Ajuste a Valor Presente: os créditos de longo prazo de contas a receber de clientes são ajustados a valor presente utilizando uma taxa de 1% ao mês, que é a mesma taxa de atualização dos créditos vencidos e parcelamentos realizados pela Companhia.

Provisão para perdas esperadas: A provisão para perdas esperadas foi calculada por meio de abordagem simplificada, de acordo com o histórico de perdas na realização de créditos de contas a receber de clientes do serviço de água e esgoto, projetando o cenário futuro. A política de recuperação da Companhia considera que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida, que é de dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos, e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do acionista controlador (Estado do Rio Grande do Sul) devido ao histórico de regularização de débitos através de pagamentos recíprocos com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	30/09/2021	31/12/2020
Contas a receber vincendas		
Particular	218.163	200.863
Pública	8.894	6.654
Contas a receber vencidas		
Particular	307.030	271.222
Pública	19.373	8.464
Receitas a faturar	100.150	93.253
Total de contas a receber	653.610	580.456
Ajuste a valor presente	(2.131)	(2.313)
Provisão para perdas esperadas	(179.461)	(159.003)
	472.018	419.140
Circulante	468.296	415.615
Não circulante	3.722	3.525

	30/09/2021		31/12/2020	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	218.163	8.894	200.863	6.654
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	66.437	5.061	62.067	3.873
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	28.242	8.043	24.913	856
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	14.961	2.410	10.221	145
Créditos vencidos - mais de 181 dias	197.390	3.859	174.021	3.590
Total	525.193	28.267	472.085	15.118

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal.

A movimentação da provisão para perdas esperadas foi a seguinte:

Provisão para perdas esperadas	30/09/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	(159.003)	(127.729)
Adições	(26.003)	(60.942)
Reversões/realização de perda	5.545	29.668
Saldo no final do período	(179.461)	(159.003)

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. ESTOQUES**Política Contábil:**

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante, visto que sua expectativa de utilização é de doze meses. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição e não excede o valor líquido realizável. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no ativo não circulante como ativos de contratos.

A provisão para perdas de estoque é realizada considerando o histórico de baixas e perdas de materiais nos últimos cinco anos.

Os saldos de estoque por tipo de material são assim representados:

	30/09/2021	31/12/2020
Tubulações de água e esgoto	85.573	69.132
Materiais de tratamento/laboratório	9.549	6.448
Materiais elétrico e mecânico	4.941	4.435
Materiais de segurança e ambiental	10.668	6.468
Equipamentos de informática e telecomunicações	3.307	3.728
Materiais diversos	9.509	14.678
Provisão para perda	(2.363)	(1.906)
Total	121.184	102.983

A movimentação da provisão para perdas de estoque foi a seguinte:

Provisão para perdas de estoque	30/09/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	(1.906)	(3.425)
Adições	(457)	-
Reversões	-	1.519
Saldo no final do período	(2.363)	(1.906)

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. TRIBUTOS

Política Contábil:

Tributos correntes: ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social (9%) e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Tributos diferidos: de acordo com o CPC 32/IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que os originou no resultado ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

Imunidade de tributos federais

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural). O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020.

A Corsan apresentou, em janeiro de 2021, petição de implementação da fase de cumprimento de sentença postulando a devolução, através de precatório, da quantia de R\$ 1.408.327. A quantia envolve a repetição dos impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018, atualizados até dezembro de 2020. O índice utilizado para todo o período foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais.

Seguindo regularmente o trâmite processual, em 05 de abril de 2021, a União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestando o valor apresentado pela Corsan, impugnação essa que, em suma, reconheceu como devida a quantia de R\$ 128.587 (atualizado para R\$ 129.146 em 30 de setembro de 2021). Tal impugnação foi respondida pela

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia em 30 de abril de 2021, sustentando a manutenção do valor inicialmente pedido, retirando apenas R\$ 16.048, relativos aos pagamentos de 1997 e 1998 que já foram devolvidos à Companhia através de processo administrativo. O precatório no valor de R\$ 128.587 foi expedido em 06 de maio de 2021.

Quanto aos valores controvertidos, o processo segue tramitando regularmente, estando, agora, pendente de julgamento um agravo de instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recurso esse interposto pela União após decisão que rejeitou a impugnação apresentada por esta.

O valor atualizado em 30 de setembro de 2021 representa quantia de R\$ 1.285.614, valor este registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo não circulante, sendo R\$ 813.723 referente ao valor principal de impostos pagos e R\$ 471.891 como atualização do valor principal.

Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu o montante a pagar de R\$ 21.943 referente a Pasep/Cofins no passivo não circulante. A Administração da Companhia, suportada por parecer de especialista tributário, entende que a tributação para fins de Pasep/Cofins e CSLL do ganho decorrente do trânsito em julgado desse processo deverá ocorrer sobre o valor referente ao ITR. E sobre o valor da atualização monetária, apenas Pasep/Cofins quando da expedição do respectivo precatório, sendo que os tributos incidentes sobre o precatório já emitido foram recolhidos por meio de depósito judicial.

Conciliação alíquota efetiva

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	280.165	1.755.067
Alíquota vigente	9%	9%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(25.215)	(157.956)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	7.392	7.798
Outras diferenças permanentes	51.736	76.419
Contribuição social no resultado	33.913	(73.739)
Corrente	(38.009)	(33.111)
Diferido	71.922	(40.628)
Alíquota efetiva	-12,10%	4,20%

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o RE nº 1.063.187, submetido à sistemática da repercussão geral, e decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário. Sendo assim, a Companhia reverteu o valor de R\$ 42.470 contabilizado como CSLL diferida sobre a atualização

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

monetária do ganho da imunidade tributária, ocasionando uma alíquota efetiva negativa em 30 de setembro de 2021.

a) Créditos fiscais diferidos

	30/09/2021	31/12/2020
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	971.232	944.110
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	20.450	14.646
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.069.260	860.661
Provisões para perda esperada	70.976	44.989
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Precatório Prefeitura de Novo Hamburgo	(100.029)	(103.941)
Reserva de reavaliação	(58.458)	(58.149)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(204.431)	(215.586)
Encargos financeiros capitalizados	(278.884)	(264.338)
Atualização monetária precatórios	(1.127)	(1.095)
Atualização monetária imunidade tributária	-	(544.971)
Outras provisões e diferenças temporárias	41.577	55.106
Total das diferenças temporárias	1.540.176	741.042
Alíquota vigente	9%	9%
Total da contribuição social diferida líquida	138.616	66.694

b) Débitos fiscais diferidos

	30/09/2021			31/12/2020		
	Cofins	Pasep	Total	Cofins	Pasep	Total
RTT	30.907	5.634	36.541	34.971	6.391	41.362
Valor passivo	(30.907)	(5.634)	(36.541)	(34.971)	(6.391)	(41.362)

Os débitos fiscais diferidos, reconhecidos sob o RTT, se referem a diferenças entre créditos de depreciação contábil e fiscal e também ao diferimento de tributos incidentes sob o saldo contabilizado dos precatórios em nome da Companhia.

Criado em 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) tratava de ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis que estavam sendo implantados na época, entre os quais a Lei nº 11.638/2007.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Optativo nos anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição tornou-se obrigatório a partir de 2010, para todas as empresas. O RTT vigorou até 2015 e a partir de então, o saldo passou a ser realizado conforme definido na Lei 12.973/2014.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Imposto de renda a recuperar	-	-	1.295.920	1.418.589
Contribuição social a recuperar	-	21	12.052	11.768
Total	-	21	1.307.972	1.430.357

O recebimento dos saldos registrados no ativo não circulante tem a seguinte previsão, por ano:

Ano	Imposto/Contribuição	Valor
2024	Imposto de Renda	10.306
2024	Contribuição Social	1.127
2025	Contribuição Social	10.925
		22.358

Do saldo de imposto de renda a recuperar, R\$ 1.285.614 corresponde aos valores controvertidos no processo referente à imunidade tributária.

9. PRECATÓRIOS A RECEBER

Órgão	Natureza	30/09/2021	31/12/2020
Erechim	Indenizatória	440	411
Novo Hamburgo ^a	Serviço da dívida	19.021	41.942
Novo Hamburgo ^b	Indenização ao patrimônio	161.465	145.112
Novo Hamburgo ^c	Faturas de água	35.297	32.642
São Gabriel	Tributária	52	47
União	Tributária	129.146	-
		345.421	220.154

Os valores acima se referem a ações movidas pela Companhia, para as quais já foi emitido precatório, e que resultaram em indenização conforme a natureza do processo. Os valores mais relevantes estão descritos abaixo:

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novo Hamburgo:

a) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contraídos para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório em 20 de fevereiro de 2017. Até 30 de setembro de 2021, a Companhia recebeu R\$ 25.552.

b) A ação judicial nº 001/1.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório em novembro de 2017.

c) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório em 01 de fevereiro de 2018.

O município de Novo Hamburgo está em regime especial de pagamento de precatórios e deverá liquidar estes precatórios até o final de 2029.

União:

O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020. Em 05 de abril de 2021, a União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestando o valor apresentado pela Corsan, impugnação essa que, em suma, reconheceu como devida a quantia de R\$ 129.146. O precatório tem realização prevista até o final de 2022.

10. INDENIZAÇÕES POR DESAPROPRIAÇÃO

Referem-se a áreas para construção e/ou ampliação dos sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, não foram imobilizados itens patrimoniais (29 itens patrimoniais em 30 de setembro de 2020 no valor de R\$ 55.538, transferidos ao intangível) e foram desembolsados R\$ 3.963 (R\$ 224 em 30 de setembro de 2020) a título de indenizações.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. OUTROS CRÉDITOS

	30/09/2021	31/12/2020
Créditos com prefeituras municipais	5.013	5.025
Pagamentos antecipados	5.871	-
Adiantamento de férias e 13º salário	14.086	3.747
Indenizações judiciais a receber	1.477	1.477
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.833	2.011
Valores a compensar	209	209
Prêmios de seguro	679	618
Créditos diversos	1.136	177
	30.304	13.264
Circulante	28.708	11.630
Não circulante	1.596	1.634

A Companhia possui convênio com a Prefeitura de Sapiranga e com a Caixa Econômica Federal para execução de obras de esgotamento e abastecimento de água no município. Atualmente há tratativas para firmar um termo aditivo que disciplinará a regularidade destes repasses que estão atualmente contabilizados na rubrica “Créditos com prefeituras municipais” e que com a regularização serão apropriados à obra e passarão a compor o saldo do ativo intangível da Corsan.

O valor de R\$ 5.871 na rubrica de pagamentos antecipados refere-se aos custos de captação de empréstimo junto ao IFC, conforme descrito na nota 18. No momento do efetivo recebimento dos recursos, o valor será transferido ao passivo circulante como conta redutora para apropriação mensal ao longo do prazo do contrato.

12. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS**Política Contábil:**

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Ajuste a Valor Presente: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC).

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2021, R\$ 621.871 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$ 588.827 em 31 de dezembro de 2020). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	30/09/2021	31/12/2020
Ativos financeiros	1.370.373	1.348.229
(-) Ajuste a valor presente	(748.502)	(759.402)
Total	621.871	588.827

Movimentação do ativo financeiro

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	588.827	341.039
Constituição/realização de AVP	29.416	36.435
Adições	3.927	752
Baixas	(4)	(2.892)
Transferências líquidas	(295)	213.493
Saldo no final do período	621.871	588.827

Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

Atualmente a Companhia está pleiteando judicialmente a indenização pelos investimentos realizados nos municípios de Uruguaiana, São Gabriel e Teutônia, com os quais os contratos foram encerrados:

a) Uruguaiana: No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2021 totaliza R\$ 32.190 (R\$ 32.190 em 31 de dezembro de 2020).

b) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2021 totaliza R\$ 3.831 (R\$ 3.831 em 31 de dezembro de 2020).

c) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2021 totaliza R\$ 292 (R\$ 292 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos contábeis em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referem-se aos ativos construídos nos municípios e que são objeto de indenização pelo poder concedente e serão atualizados a partir do trânsito em julgado.

13. ATIVOS DE CONTRATOS**Política Contábil:**

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo. Conforme o ICPC 01(R1)/IFRIC 12, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores serão registrados no resultado do período em que ocorrerem.

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2020	1.152.016	22.144	1.174.160
Adições	216.939	21.326	238.265
Baixas e perdas	(870)	-	(870)
Transferências	(40.792)	(17.775)	(58.567)
Saldos em 30/09/2021	1.327.293	25.695	1.352.988

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243
Adições	229.655	51.468	281.123
Baixas e perdas	(19.247)	-	(19.247)
Transferências	(760.485)	(3.122)	(763.607)
Saldos em 30/09/2020	1.041.858	81.654	1.123.512

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, as adições compreendem R\$ 74.462 (R\$ 68.727 em 30 de setembro de 2020) para sistemas de água e R\$ 142.477 (R\$ 160.928 em 30 de setembro de 2020) para sistemas de esgoto.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, 676 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro. As obras mais relevantes imobilizadas no período correspondem a ampliações de sistemas de esgotamento sanitário, redes coletoras e ramais prediais nos municípios de Alvorada, Ijuí e Santo Antônio da Patrulha.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 9.820 (R\$ 10.005 em 30 de setembro de 2020).

14. IMOBILIZADO**Política Contábil:**

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção.

Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	<u>Vida útil do imobilizado</u>
Edifícios	30 a 50 anos
Máquinas	10 a 20 anos
Veículos	5 a 12 anos
Demais bens móveis	5 a 12 anos
Sistema de esgoto próprio	50 anos

A Companhia contratou empresa especializada para realizar o trabalho de avaliação de seus ativos. Com base no Relatório de Revisão de Vidas Úteis, emitido pela referida empresa, foram atualizadas as vidas úteis dos bens do imobilizado que passaram a vigorar a partir de junho de 2021. A Administração avaliou as variações de vida útil dos bens, sendo que para alguns itens houve redução e outros aumento, sem impacto representativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos ativos imobilizados:

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2020	22.574	427.794	2.673	453.041
Adições	-	21.460	536	21.996
Baixas	-	(2.061)	(33)	(2.094)
Transferências	-	(882)	(329)	(1.211)
Saldos em 30/09/2021	22.574	446.311	2.847	471.732

Depreciação

Saldos em 31/12/2020	(20.023)	(308.294)	-	(328.317)
Depreciações	(197)	(15.751)	-	(15.948)
Baixas	-	1.882	-	1.882
Transferências	-	436	-	436
Saldos em 30/09/2021	(20.220)	(321.727)	-	(341.947)

Saldos líquidos em 31/12/2020	2.551	119.500	2.673	124.724
Saldos líquidos em 30/09/2021	2.354	124.584	2.847	129.785

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119
Adições	40	15.222	782	16.044
Baixas	-	(2.741)	-	(2.741)
Transferências	-	(5.952)	-	(5.952)
Saldos em 30/09/2020	22.574	411.367	2.529	436.470

Depreciação

Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)
Depreciações	(252)	(15.920)	-	(16.172)
Baixas	-	1.758	-	1.758
Transferências	-	1.260	-	1.260
Saldos em 30/09/2020	(19.939)	(302.777)	-	(322.716)

Saldos líquidos em 31/12/2019	2.847	114.963	1.747	119.557
Saldos líquidos em 30/09/2020	2.635	108.590	2.529	113.754

A depreciação do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 9.219 (R\$ 8.374 em 30 de setembro de 2020), R\$ 834 (R\$ 1.110 em 30 de setembro de 2020) como despesa comercial e R\$ 5.895 (R\$ 6.688 em 30 de setembro de 2020) como despesa administrativa.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sob a rubrica “sistemas de esgotos”, são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em processos indiretos necessários para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

	Edifícios	Máquinas	Veículos	Demais bens móveis	Total de bens de uso geral
Saldo contábil	144.916	9.226	27.728	264.441	446.311
(-) Depreciação acumulada	(125.929)	(4.823)	(18.747)	(172.228)	(321.727)
Saldos líquidos em 30/09/2021	18.987	4.403	8.981	92.213	124.584

15. INTANGÍVEL**Política Contábil:**

Concessões: a Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas agências reguladoras dos serviços públicos delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia deduzida do valor alocado no ativo financeiro. O registro é realizado de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro). Neste modelo, a Companhia registra parte no ativo intangível e outra parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível, ajustado a valor presente, a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato.

A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido, baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concessão, o que ocorrer primeiro. Os bens patrimoniais são amortizados de forma linear pela vida útil dos mesmos.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens seguem abaixo:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	50 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 anos	25 anos
Bens de uso geral	5 a 30 anos	25 anos

Com base no trabalho efetuado por empresa especializada também foram atualizadas as vidas úteis dos ativos intangíveis, as quais foram implementadas a partir de junho de 2021. Da mesma forma, a Administração avaliou as variações de vida útil sem impacto representativo.

Licenças de uso de software: as licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning* – ERP) em julho de 2019 tendo prazo de execução estimado em 33 meses.

A amortização ocorrerá a partir do início da operação, com previsão para abril de 2022. O prazo de amortização será de 5 anos de forma linear.

Impairment de ativos não financeiros: os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Em virtude da interdependência dos sistemas e da metodologia de subsídio cruzado, aplicável às localidades e à prestação de serviços de saneamento básico, e que faz com que a tomada de decisões na Companhia seja centralizada e baseada nas informações consolidadas da Corsan, a Administração entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos ativos intangíveis:

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2020	1.488.212	1.447.691	290.401	13.919	3.240.223
Adições	21.062	3.352	16.826	8.045	49.285
Baixas	(122)	-	(517)	-	(639)
Transferências	35.835	23.587	3.596	-	63.018
Saldos em 30/09/2021	1.544.987	1.474.630	310.306	21.964	3.351.887

Amortização

Saldos em 31/12/2020	(457.202)	(293.939)	(104.563)	-	(855.704)
Amortizações	(54.864)	(35.096)	(11.370)	-	(101.330)
Baixas	6	-	465	-	471
Transferências	-	-	(519)	-	(519)
Saldos em 30/09/2021	(512.060)	(329.035)	(115.987)	-	(957.082)

Saldos líquidos em 31/12/2020

Saldos líquidos em 31/12/2020	1.031.010	1.153.752	185.838	13.919	2.384.519
Saldos líquidos em 30/09/2021	1.032.927	1.145.595	194.319	21.964	2.394.805

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385
Adições	15.441	297	8.835	3.978	28.551
Baixas	(3.800)	-	(30)	-	(3.830)
Transferências	248.652	307.468	69.549	-	625.669
Saldos em 30/09/2020	1.477.552	1.447.146	282.101	11.976	3.218.775

Amortização

Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)
Amortizações	(47.561)	(33.714)	(10.545)	-	(91.820)
Baixas	3.783	-	22	-	3.805
Transferências	-	-	(1.543)	-	(1.543)
Saldos em 30/09/2020	(439.911)	(281.852)	(100.781)	-	(822.544)

Saldos líquidos em 31/12/2019

Saldos líquidos em 31/12/2019	821.126	891.243	115.032	7.998	1.835.399
Saldos líquidos em 30/09/2020	1.037.641	1.165.294	181.320	11.976	2.396.231

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 101.330 (R\$ 91.820 em 30 de setembro de 2020).

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Licença de uso de software não apresenta amortização, pois o projeto está em fase de implantação.

Na data do balanço, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para perda do valor recuperável de ativos.

16. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS**Política Contábil:**

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos vigentes. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos e imóveis locados de terceiros. A mensuração dos ativos de direito de uso é igual ao valor do passivo de arrendamento no momento do reconhecimento, sendo realizada conforme os prazos dos contratos.

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06 (R2)/IFRS16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor. Foram desconsideradas também as locações de áreas de poços perfurados e mantidos pela empresa, bem como áreas de acesso a recursos naturais, utilizadas para a captação de água bruta. Para estes, as despesas são contabilizadas em base linear ao longo do período de arrendamento.

Ajuste a Valor Presente: os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Para estes contratos, foi aplicada taxa fixa CDI, praticada na data de seu reconhecimento, cotados de acordo com o prazo final de seus vencimentos, taxa essa observada para os contratos futuros negociados em bolsa, mais 0,5% a.a., a título de risco de crédito.

a) Ativos de direito de uso

Ativo - Imobilizado	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2020	6.057	33.047	4.677	43.781
Ajuste por remensuração	140	-	-	140
Novos contratos	3.214	-	-	3.214
(-) Exclusões	-	-	(3.665)	(3.665)
(-) Depreciação acumulada	(2.401)	(12.476)	(1.012)	(15.889)
Saldos em 30/09/2021	7.010	20.571	-	27.581

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo - Imobilizado	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2019	5.288	52.592	6.412	64.292
Novos contratos	14	-	-	14
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Depreciação acumulada	(1.938)	(14.659)	(1.301)	(17.898)
Saldos em 30/09/2020	3.247	37.933	5.111	46.291

b) Passivos de arrendamento

Passivo	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2020	6.133	33.049	4.676	43.858
Ajuste de remensuração	140	-	-	140
Novos contratos	3.214	-	-	3.214
(-) Baixas	-	-	(3.665)	(3.665)
(-) Pagamentos	(2.559)	(12.513)	(1.052)	(16.124)
Realização do AVP	212	35	41	288
Saldos em 30/09/2021	7.140	20.571	-	27.711
Circulante				22.853
Não circulante				4.858

Passivo	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2019	5.375	52.594	6.411	64.380
Novos contratos	14	-	-	14
(-) AVP - Novos contratos - CPC 06(R2)/IFRS 16	(2)	-	-	(2)
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Pagamentos	(2.069)	(16.692)	(1.668)	(20.429)
Realização do AVP	108	2.032	367	2.507
Saldos em 30/09/2020	3.309	37.934	5.110	46.353
Circulante				22.344
Não circulante				24.009

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Ano de vencimento	Imóveis	Veículos	Total
2021	986	5.422	6.408
2022	3.317	17.666	20.983
2023	2.048	-	2.048
2024	793	-	793
2025	392	-	392
2026	121	-	121
	7.657	23.088	30.745
Juros embutidos	(517)	(2.518)	(3.035)
Saldo do passivo de arrendamento	7.140	20.570	27.711

d) Direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento.

Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	28.027	25.089
Pasep/Cofins (9,25%)	2.592	2.321

e) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação e atender orientação das áreas técnicas da CVM visando preservar os investidores do mercado brasileiro, a Administração realiza o acompanhamento e apresentação dos saldos comparativos do passivo de arrendamento considerando os fluxos com expectativas inflacionárias descontados:

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
<i>Passivo de arrendamento</i>						
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	22.826	3.279	1.360	573	145	-
Fluxo com projeção da inflação	<u>25.992</u>	<u>3.802</u>	<u>1.567</u>	<u>652</u>	<u>163</u>	-
Variação	13,87%	15,95%	15,27%	13,80%	12,19%	-
<i>Direito de Uso</i>						
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	21.832	3.216	1.317	548	136	-
Fluxo com projeção da inflação	<u>24.568</u>	<u>3.598</u>	<u>1.490</u>	<u>626</u>	<u>164</u>	-
Variação	12,53%	11,88%	13,08%	14,13%	19,97%	-
<i>Despesa financeira</i>						
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	(1.511)	(1.321)	(189)	(78)	(33)	(8)
Fluxo com projeção da inflação	<u>(1.694)</u>	<u>(1.417)</u>	<u>(207)</u>	<u>(85)</u>	<u>(36)</u>	<u>(9)</u>
Variação	12,13%	7,21%	9,39%	8,89%	7,34%	5,92%
<i>Depreciação</i>						
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	(5.750)	(19.973)	(2.092)	(846)	(445)	(146)
Fluxo com projeção da inflação	<u>(6.138)</u>	<u>(20.970)</u>	<u>(2.109)</u>	<u>(864)</u>	<u>(462)</u>	<u>(154)</u>
Variação	6,75%	4,99%	0,81%	2,09%	3,87%	5,43%

17. SEGUROS

A Corsan vem buscando a inserção no mercado de seguros, objetivando avaliar a adequada aplicabilidade para a organização, juntamente com as melhores soluções para a transferência de seus principais riscos. Para tal, vem contando com apoio de consultoria técnica especializada, bem como está em processo de validação para implantação de um Programa de Seguros Corporativo com especialistas da International Finance Corporation – IFC.

A Companhia possui contrato com a SOMPO SEGUROS S.A. para cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil para Conselheiros e Administradores (D&O – Directors and Officers), com Limite Máximo de Garantia de R\$ 40 milhões e vigência até 06 de março de 2022.

Adicionalmente, a Corsan está em processo de contratação de Seguradora, para oferecer cobertura e emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. A contratação contemplará, também, cobertura para demais modalidades de garantias como contratos, licitações, comercialização de energia, entre outras. A expectativa de finalização desta contratação está prevista para o final de 2021.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**Política Contábil:**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos é assim representado:

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	52.233	53.837	87.148	123.975
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	9.578	9.498	75.725	82.279
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	38.048	37.209	44.478	71.183
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	12.667	11.361	176.935	175.792
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	79	76	716	771
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.984	1.759	12.892	13.888
Prefeitura Municipal de Sapiranga	UPR	5,00%	15/09/31	288	299	3.011	3.306
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	340	342	1.677	1.902
Total				115.217	114.381	402.582	473.096

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Corsan firmou sete Contratos de Financiamento objetivando a implantação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a renovação do parque de hidrômetros, ações de automação e telemetria, em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A operação de crédito, na modalidade BNDES – CG, foi destinada ao apoio financeiro para capital de giro.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

Demais contratos de financiamento celebrados junto à Caixa Econômica Federal, lastreados em recursos do FGTS oriundos do Programa Saneamento para Todos, foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, Osório, Sapiranga e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal, onde a Companhia figura como Interveniente Anuente – Agente Promotor (responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento), visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia assinou contrato de R\$ 300.000, para financiar investimentos na redução das perdas de água e em melhorias na eficiência energética, junto à *International Finance Corporation* - IFC. O prazo para amortização será de oito anos, com dois anos de carência e pagamentos trimestrais. A taxa de juros é resultante de uma combinação de CDI + 2,58 % (R\$ 123.000) e CDI + 3,33% (R\$ 177.000). A relação contratual estabeleceu o cumprimento de obrigações por parte da Companhia, com destaque para os Índices Financeiros:

- a) Índice de Dívida Financeira/EBITDA não superior a 3,0x;
- b) Índice de Dívida Financeira Ajustado/EBITDA não superior a 5,0x nos Exercícios Financeiros de 2021 e 2022; 4,2x no exercício financeiro de 2023 e 2024; e 4.0x em diante;
- c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Prospectiva não inferior a 1,5x;

O primeiro desembolso desta operação está previsto para o período entre novembro e dezembro de 2021.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants e garantias

A Corsan firmou empréstimos e financiamentos com condições contratuais específicas, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração semestral e anual, conforme estabelecido nos respectivos termos.

Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo.

As garantias oferecidas pela Corsan nas referidas operações foram estabelecidas sob a forma de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, operacionalizadas através da constituição de contas bancárias específicas para a manutenção de saldos em aplicação (Conta Reserva) e fluxo de valores (Conta Vinculada), durante a vigência dos contratos.

Em eventual descumprimento dos índices financeiros ou nos níveis de garantia pactuados, além dos limites de aceitação dos credores, poderá ser decretado o vencimento antecipado das dívidas.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 todos os *covenants* vigentes foram atendidos.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	30/09/2021
2022	18.049
2023	71.161
2024	35.125
2025	36.517
2026	38.030
Após 2026	203.700
Total	402.582

Os detalhes da movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	CEF	Prefeituras	Total Calculado
Captação	3.041	-	-	10.901	-	13.942
Pagamento de principal	(41.364)	(6.409)	(28.112)	(8.474)	(2.293)	(86.652)
Pagamento de juros	(7.718)	(9.184)	(1.781)	(11.724)	(790)	(31.197)
Provisão de juros e variação cambial	7.610	9.119	4.027	11.745	1.728	34.229
Saldo em 30/09/2021	139.381	85.303	82.526	189.602	20.987	517.799

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	BID	CEF	Prefeituras	Total Calculado
Saldo em 31/12/2019	179.329	60.416	107.366	14.980	201.460	20.497	584.048
Captação	5.308	21.200	-	-	4.865	-	31.373
Pagamento de principal	(10.493)	-	-	(17.552)	(21.317)	(2.234)	(51.596)
Pagamento de juros	(3.034)	(1.683)	(667)	-	(11.863)	(852)	(18.099)
Provisão de juros e variação cambial	8.794	3.768	4.485	2.572	11.833	1.881	33.333
Saldo em 30/09/2020	179.904	83.701	111.184	-	184.978	19.292	579.059

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. DEBÊNTURES

Política Contábil:

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Em 19 de março de 2021 a Companhia finalizou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2021.

As debêntures da terceira e quarta séries foram caracterizadas como “Debêntures Verdes” com base em parecer de *second opinion* emitido em 11 de março de 2021 pela consultoria especializada Sitawi Finanças do Bem, elaborado com base nas diretrizes do *Guideline de Green Bond Principles* (GBP), de junho de 2018 emitido pelo *International Capital Market Association* (ICMA).

A segunda série possui prazo de cinco anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2023. A terceira série possui prazo de sete anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025. A quarta série possui prazo de dez anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

Consoante estabelecido no Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, cláusula 6. Do Vencimento Antecipado, a Emissora deve observar, mas não se limitando a, o cumprimento das obrigações:

- Não ocorrência da declaração de vencimento antecipado de quaisquer instrumentos de dívida ou financiamentos da Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 20.000 (ou seu equivalente em outras moedas);
- Não ocorrência de intervenção do poder concedente, desapropriação, confisco, arresto, sequestro/penhora de bens, término, rescisão antecipada, caducidade ou transferência compulsória ou de ato de autoridade competente, dos Contratos de Serviços, ou quaisquer outros eventos que impliquem na suspensão das atividades da Emissora e que correspondam a 15% ou mais do seu faturamento mensal médio dos últimos doze meses, conforme Demonstrações Financeiras mais recentes disponíveis, desde que tal suspensão não seja revertida em um prazo de até trinta dias;

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Não observância, no período de seis meses findo em 30 de junho de cada ano e nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora em 31 de dezembro de cada ano, dos seguintes índices financeiros:

a) Relação entre a Dívida Líquida Financeira + Outras Dívidas e o EBITDA da Emissora deverá ser igual ou inferior a 4,0 (quatro) vezes;

b) Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida deverá ser igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes.

Todos os *covenants* relativos ao presente instrumento contratual foram atendidos.

Os saldos dos contratos de debêntures em 30 de setembro de 2021 são:

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante
			30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021
3ª Emissão - 1ª série	TJLP	1,92%	-	197	-
3ª Emissão - 2ª série	IPCA	1,92%	-	4.367	-
3ª Emissão - 3ª série	TJLP	1,92%	-	247	-
4ª Emissão - 2ª série	CDI	2,25%	1.048	-	145.021
4ª Emissão - 3ª série	IPCA	4,385%	651	-	116.799
4ª Emissão - 4ª série	IPCA	4,833%	2.086	-	339.991
Total			3.785	4.811	601.811

O custo da captação de recursos relativo à quarta emissão de debêntures simples foi de R\$ 21.906, o qual foi considerado na determinação da taxa efetiva de juros, calculada em 8,9231% (2ª série), 4,9415% + IPCA (3ª série) e 5,2236% + IPCA (4ª série).

Os detalhes da movimentação das debêntures emitidas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Captação *	Pagamento	Provisão de juros/custos	Saldo em 30/09/2021
3ª Emissão - 1ª série	197	-	(198)	1	-
3ª Emissão - 2ª série	4.367	-	(4.397)	30	-
3ª Emissão - 3ª série	247	-	(248)	1	-
4ª Emissão - 2ª série	-	144.503	(3.566)	5.132	146.069
4ª Emissão - 3ª série	-	110.785	(2.127)	8.792	117.450
4ª Emissão - 4ª série	-	322.723	(6.819)	26.173	342.077
	4.811	578.011	(17.355)	40.129	605.596

*Os valores de captação referentes à quarta emissão estão apresentados líquidos dos custos da emissão.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2019	Pagamento	Provisão de juros	Saldo em 30/09/2020
3ª Emissão - 1ª série	2.567	(1.863)	86	790
3ª Emissão - 2ª série	8.363	(4.288)	153	4.228
3ª Emissão - 3ª série	3.209	(2.329)	107	987
	14.139	(8.480)	346	6.005

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	30/09/2021
2023	36.255
2024	36.255
2025	114.025
2026	114.025
Após 2026	301.251
Total	601.811

20. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Cofins	Selic	12/2022	7.861	7.716	1.965	7.716
Pasep	Selic	12/2022	1.707	1.675	427	1.675
Contribuição social	Selic	12/2022	816	802	204	802
Imposto de renda	Selic	12/2022	5.554	5.451	1.389	5.451
Total			15.938	15.644	3.985	15.644

Os detalhes da movimentação referente aos parcelamentos de impostos e contribuições dos quais a Companhia é parte estão demonstrados a seguir:

Parcelamento	Saldo em 31/12/2020	Pagamento	Provisão de juros	Saldo em 30/09/2021
Cofins	15.432	(5.836)	230	9.826
Pasep	3.350	(1.267)	51	2.134
Contribuição social	1.604	(606)	22	1.020
Imposto de renda	10.902	(4.298)	339	6.943
	31.288	(12.007)	642	19.923

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parcelamento	Saldo em 31/12/2019	Pagamento	Provisão de juros	Saldo em 30/09/2020
Cofins	22.573	(5.719)	438	17.292
Pasep	4.901	(1.242)	96	3.755
Contribuição social	2.344	(594)	45	1.795
Imposto de renda	15.948	(4.041)	309	12.216
	45.766	(11.596)	888	35.058

21. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	30/09/2021	31/12/2020
Alvorada	7.467	-
Bento Gonçalves	5.000	5.000
Guaíba	1.030	-
Ijuí	4.000	8.000
Total	17.497	13.000
Circulante	17.497	9.000
Não circulante	-	4.000

Nos contratos de programa desses municípios há uma cláusula específica definindo que a Companhia realizará aportes extraordinários, os quais têm datas ou condicionantes estabelecidos e parcelas pré-fixadas.

22. OUTROS DÉBITOS

	30/09/2021	31/12/2020
Convênio Sesi	127	191
Depósitos e retenções contratuais	6.920	6.012
Outras contas a pagar	2.971	1.654
Total	10.018	7.857

23. CONTRATOS DE REPASSE

	30/09/2021	31/12/2020
Orçamento Geral da União - OGU	60.738	44.316
Agência Nacional de Águas - ANA	-	5.142
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	784	784
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	3.653	3.653
Total	65.175	53.895

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 30 de setembro de 2021 foi liberado um total de R\$ 369.961, referente a 44 contratos junto ao Ministério das Cidades e 08 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$ 302.489 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011, 2015 e 2020. Deste valor constam R\$ 4.090 recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para obras de implantação de Sistema de Abastecimento de Água na área industrial de Guaíba. O valor de R\$ 60.738 inscrito no passivo não circulante refere-se a obras em andamento ou em fase de conclusão e R\$ 10.824 transferidos para AFAC derivam de contratos de repasse que já tiveram prestações de contas aprovadas.

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 – Prodes entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. O saldo foi resgatado pela Caixa Econômica Federal em setembro de 2021 em função da não realização do cronograma de execução.

c) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Foi assinada, em 27 de fevereiro de 2018, a carta-convênio referente a Cooperação Técnica Não-Reembolsável Nº ATN/OC-16407-BR e ATN/OC-16408-BR Apoio à Preparação do “Programa de Ampliação e Melhoria dos Serviços de Água Potável do Estado do Rio Grande do Sul –PROSASUL, cujo objeto é apoiar na preparação de estudos, documentos operacionais e projetos que permitam desenvolver as atividades necessárias para a definição, planejamento e preparação do programa PROSASUL e gerar condições para sua execução eficiente.

d) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Foi aprovado em 30 de novembro de 2011 o projeto Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai para a implantação de obras de infraestrutura hídrica para contenção e adução de água bruta, de saneamento ambiental e de macrodrenagem.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS**Política Contábil:**

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação, sendo também possível realizar uma estimativa razoável do seu valor. A probabilidade de perda é avaliada a partir das evidências disponíveis, da hierarquia das leis, das jurisprudências disponíveis, das decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como da avaliação dos advogados da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas, líquida dos depósitos judiciais vinculados é composta como segue:

	30/09/2021			31/12/2020		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ações tributárias, cíveis e ambientais	194.384	(43.861)	150.523	165.672	(37.465)	128.207
Ações trabalhistas	874.876	(367.188)	507.688	694.989	(356.002)	338.987
Total	1.069.260	(411.049)	658.211	860.661	(393.467)	467.194
Circulante	186.602	(186.602)	-	186.602	(186.602)	-
Não circulante	882.658	(224.447)	658.211	674.059	(206.865)	467.194

Segue a movimentação das provisões e depósitos judiciais vinculados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

	31/12/2020	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saques e reversões	30/09/2021
Ações tributárias, cíveis e ambientais	165.672	5.834	31.726	(8.848)	194.384
Ações trabalhistas	694.989	225.758	117.929	(163.800)	874.876
Subtotal	860.661	231.592	149.655	(172.648)	1.069.260
Depósitos judiciais vinculados	(393.467)	(144.594)	-	127.012	(411.049)
Total	467.194	86.998	149.655	(45.636)	658.211

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões*Ações trabalhistas*

a) Processo nº 0114000-44.1996.5.04.0122 ajuizado por Arno dos Reis Junqueira. Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. O processo está em fase de execução, aguardando o julgamento dos recursos de agravo de petição. Essa provisão totaliza, em 30 de setembro de 2021, R\$ 17.643 (R\$ 12.776 em 31 de dezembro 2020).

b) Processo nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul – SINTEC. Refere-se a diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. Esta provisão totaliza, em 30 de setembro de 2021, R\$ 5.810 (R\$ 4.957 em 31 de dezembro de 2020).

c) Processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizado pelo Sindiágua. Refere-se ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. Após a garantia do juízo através de apólice de seguro garantia foram opostos Embargos à Execução, julgados parcialmente procedentes pelo Juiz. Após o julgamento dos Embargos de Declaração da sentença foi interposto agravo de petição em face da decisão, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho. Esta provisão totaliza, em 30 de setembro de 2021, R\$ 16.250 (R\$ 14.081 em 31 de dezembro de 2020).

d) Processo nº 0021015-88.2020.5.04.0001 ajuizado pelo Senge pleiteando diferenças de adicional de periculosidade em relação à base de cálculo. O processo encontra-se atualmente em fase conciliatória. Esta provisão totaliza, em 30 de setembro de 2021, R\$ 9.712 (R\$ 9.000 em 31 de dezembro de 2020).

e) Outras reclamações trabalhistas - Se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.598 ações. Em 30 de setembro de 2021, as provisões referentes a outras reclamações trabalhistas totalizam R\$ 825.461 (R\$ 654.175 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações cíveis, ambientais e tributárias

- a) Processo nº 001/1.16.0062447-3 ajuizado pela empresa Goetze Lobato Engenharia, em 27/05/2016, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Esteio e Sapucaia do Sul. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro de 2021 no montante de R\$ 33.045 (R\$ 26.911 em 31 de dezembro de 2020).
- b) Processo nº 001/1.16.0124873-4 ajuizado pela empresa Marco Projetos Ltda., em 19/09/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Esteio e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro de 2021 no montante de R\$ 19.359 (R\$ 15.748 em 31 de dezembro de 2020).
- c) Processo nº 026/1.13.0007133-1 que trata de impugnação a fase de cumprimento de sentença decorrente da execução de título judicial deflagrada sob nº 026/1.06.0003391-7, oriunda de reequilíbrio econômico e financeiro e sub empreitada que tinha por objeto viabilizar o projeto Lago Dourado, no Município de Santa Cruz do Sul. O valor executado decorre diferenças entre o devido e o já depositado em Juízo. A questão vem sendo discutida em diversos incidentes processuais e, atualmente, aguarda decisão do Superior Tribunal de Justiça quanto à existência ou não de diferenças a pagar, bem como seu respectivo montante. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro 2021 no montante de R\$ 18.504 (R\$ 15.214 em 31 de dezembro de 2020).
- d) Processo nº 001/1.16.0095286-1 ajuizado pela empresa Marco Projetos Ltda., em 11/08/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obras da nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirmou que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro 2021 no montante de R\$ 18.732 (R\$ 15.244 em 31 de dezembro de 2020).
- e) Processo nº 142/1.03.0003204-4 que trata de Ação Civil Pública questionando a cobrança de esgoto no bairro COHAB-PROMORAR em Igrejinha. O pedido é para que a Corsan seja condenada a se abster de efetuar a cobrança pelo esgoto e a devolver os valores cobrados. A sentença foi de parcial procedência. No segundo grau, foi dado parcial provimento ao apelo do Ministério Público.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O processo encontra-se concluso para julgamento no STJ. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro 2021 no montante de R\$ 16.549 (R\$ 13.857 em 31 de dezembro de 2020).

f) Processo nº 001/1.15.0202177-4 ajuizado pela empresa Superquímica Comércio e Transporte Ltda. Trata-se de ação na qual a parte autora busca rescisão contratual, indenização devida a título de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e indenização de todo e qualquer dano, inclusive moral. Encerrada a fase instrutória, a Companhia apresentou memoriais. Processo ainda não sentenciado. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro 2021 no montante de R\$ 9.493 (R\$ 8.183 em 31 de dezembro de 2020).

g) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$ 4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080.730.926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza em 30 de setembro de 2021 R\$ 7.847 (R\$ 7.734 em 31 de dezembro de 2020).

h) Processo nº: 023/1.18.0000884-2 que trata de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual que busca ser a Corsan condenada a obrigação de fazer a recuperação e conservação do Museu das Águas e restaurar a escultura "Monumento às Águas" do escultor Xico Stockinger, no Município de Rio Grande, que estão em área de sua propriedade. O processo encontra-se em fase recursal. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro 2021 no montante de R\$ 7.000 (R\$ 7.000 em 31 de dezembro de 2020).

i) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. Ao todo, a Companhia é parte em 409 ações para as quais está provisionado em 30 de setembro 2021 o montante de R\$ 63.855 (R\$ 55.781 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Causas Possíveis

	30/09/2021	31/12/2020
Ações trabalhistas	258.664	206.133
Ações cíveis	161.413	133.054
Ações ambientais	1.813	1.165
Ações tributárias	6.380	12.825
Total	428.270	353.177

Ações trabalhistas

a) Processo nº 001/1.16.0145282-0: Trata-se de ação de cobrança, ajuizada pela Funcorsan, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento de R\$ 37.867 em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, acrescido de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento, para fins de regularizar o equacionamento do Plano de Benefícios Funcorsan BD001, ocorrido em dezembro de 2008. O processo encontra-se em fase instrutória, de produção de provas, estando os autos em carga com a perita para complementação do laudo pericial.

b) Processo nº 0020084-59.2019.5.04.0021: Ajuizado por Ralph dos Santos Rodrigues, empregado de empresa terceirizada JD Construções Ltda e Egab Locações Ltda, refere-se a pedido de condenação solidária ou subsidiária. Contestação protocolada em 28/04/2019. Audiência inicial ocorrida em 29/04/2019. Audiência de instrução designada para o dia 25/03/2021. Valor estimativo da causa R\$ 1.346 em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, conforme petição inicial. A Corsan é a 5ª reclamada na ação.

c) Outras reclamações trabalhistas para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$ 219.451 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 166.920 em 31 de dezembro de 2020).

Ações cíveis, ambientais e tributárias

a) Processo nº 5000023-86.2020.8.21.0101: trata-se de Ação Civil Coletiva ajuizada pela Associação Sul Brasil de Defesa do Consumidor em razão de desabastecimento por longos períodos em Gramado/RS. O pedido é de indenização pelos danos morais coletivos, corrigido monetariamente e acrescido dos juros legais, até o efetivo pagamento e de indenização pelos danos morais individuais sofridos pelos consumidores. O processo encontra-se na fase Instrutória. O valor estimado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 4.947 (R\$ 4.019 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Processo nº 001/1.17.0053534-0: Trata-se de ação ajuizada pela Sultepa C. C. Ltda pedindo indenização decorrente de suposto descumprimento contratual por parte da Corsan. Requer perícia de Engenharia de Custos e de Contabilidade e a condenação da ré ao pagamento da indenização. Processo em fase de instrução, sendo deferida em sede de agravo de instrumento interposto pela parte adversa a realização de prova pericial. O valor estimado é de R\$ 3.735 em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

c) Processo nº 001/1.17.0053518-9: Trata-se de ação ajuizada pela Sultepa C. C. Ltda pedindo indenização decorrente de suposto descumprimento contratual por parte da Corsan. Requer perícia de Engenharia de Custos e de Contabilidade e a condenação da ré ao pagamento da indenização. Processo em fase instrutória. O valor estimado é de R\$ 3.483 em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

d) Processo nº 5091782-30.2019.4.04.7100: trata-se de mandado de segurança preventivo impetrado pela Corsan em face do Ilmo. Sr. Delegado da Receita Federal em Porto Alegre (RS), com o objetivo de assegurar que o crédito tomado pela Corsan a título de Pasep e Cofins decorrentes dos serviços de repavimentação e materiais, do período de dezembro de 2002 a dezembro de 2006, seja preservado e não gere problema algum para a Corsan. Depois de afetado à sistemática de julgamento do recurso especial repetitivo, o processo em questão aguarda julgamento pelo egrégio TRF da 4ª Região. O valor estimado é de R\$ 4.658 em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

e) Outras reclamações cíveis, ambientais e tributárias para as quais não foram constituídas provisões, no valor de R\$ 149.248, R\$ 1.813 e R\$ 1.722, respectivamente (R\$ 121.817, R\$ 1.165 e R\$ 8.167 em 31 de dezembro de 2020).

25. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**Política Contábil:**

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33 (R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são mantidos pela Fundação Corsan.

	30/09/2021	31/12/2020
Plano de benefício definido	695.286	677.425
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	266.971	251.875
Incentivo à demissão voluntária	8.975	14.810
	971.232	944.110

A Companhia reconheceu, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, uma variação líquida de R\$ 27.122 decorrente da avaliação atuarial do plano de benefício pós-emprego, “IPE SAÚDE” e “PDV”. Essa contabilização foi realizada com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia.

a) Plano de benefício definido

O plano de benefício “BD nº 001” é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços”, celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos empregados vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos empregados que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

c) Incentivo à demissão voluntária

O prazo para adesões ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de setembro de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

A indenização mensal é limitada em 62 meses ou ocorre no momento em que os empregados completem as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro. Em 30 de setembro de 2021 há 51 funcionários recebendo a indenização mensal.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$ 6.113 (R\$ 15.655 em 30 de setembro de 2020).

d) Fundação Corsan**Estrutura jurídica**

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada pela Corsan, constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo primordial a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão de recursos e investimentos

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de seus recursos financeiros, realizando acompanhamento diário destes gestores. A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada,

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- a) contribuição de participantes ativos e assistidos;
- b) contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Corsan;
- c) receitas de aplicações do patrimônio.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, o percentual das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da rentabilidade dos investimentos em parcela equivalente à despesa apurada e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Política Contábil:**

Dividendos e juros sobre capital próprio: a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelo Conselho de Administração.

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Lucro por ação: o cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período de acordo com o CPC 41/IAS 33.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 1.867.716 (R\$ 1.682.328 em 31 de dezembro de 2020), estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	315.592.505	315.592.505	631.185.010	99,99999366271	99,99999366271	99,99999366271
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000158432	0,00000158432	0,00000158432
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000095059	0,00000095059	0,00000095059
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Total	315.592.525	315.592.525	631.185.050	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

Em abril de 2021, foi integralizado ao capital social o valor de R\$ 185.388 com recursos da reserva de retenção de lucros, aprovado pelos órgãos deliberativos da Companhia, conforme Estatuto Social. O valor está dentro do limite autorizado pela Assembleia Geral de Acionistas. Não houve diluição de ações nesta capitalização.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos.

De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 30 de setembro de 2021 monta R\$ 84.307 (R\$ 85.713 em 31 de dezembro de 2020), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acumulados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 totalizou R\$ 1.406, líquido dos efeitos tributários (R\$ 1.648 em 30 de setembro de 2020).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$ 141.477, líquida dos seus efeitos tributários.

d) Remuneração aos acionistas

A Companhia efetuou no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 82.135 (R\$ 86.649 em 30 de setembro de 2020), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do período foi reduzida em R\$ 7.392 (R\$ 7.798 em 30 de setembro de 2020) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

e) Reservas de lucros**Reserva legal**

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Com base no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar nº 160, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucros ou dividendos aos acionistas. A adoção deste procedimento é fundamento para não tributação da subvenção para investimentos no âmbito do IRPJ e da CSLL.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais, dividendos e reserva de lucros a realizar, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar, constituída no valor de R\$ 333.470, compreende a parcela do lucro que não foi realizado e que seria distribuída como dividendos. A parcela não realizada do lucro é proveniente do reconhecimento do ganho da ação referente à Imunidade Tributária para impostos federais conforme descrito na nota 8.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$ 10.824 em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU. Está em andamento processo para integralização do valor ao capital social da Companhia.

g) Lucro básico e diluído por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Ações ordinárias	61.499	149.561	85.990	800.632
Ações preferenciais	67.648	164.517	94.588	880.696
Denominador				
Média ponderada de número de ações ordinárias	315.592.525	315.592.525	315.592.525	315.592.525
Média ponderada de número de ações preferenciais	315.592.525	315.592.525	315.592.525	315.592.525
Resultado básico e diluído				
Por ação ordinária	0,19487	0,47391	0,27247	2,53692
Por ação preferencial	0,21435	0,52130	0,29972	2,79061

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24. Em 30 de setembro de 2021 as partes relacionadas são: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs e Instituto de Previdência do Estado – IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	30/09/2021	31/12/2020
Contas de água e esgoto - saldo a receber	22.232	9.943
Rendimentos do caixa único do Estado	-	5.970
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(82.135)	(345.205)

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi R\$ 41.047 (R\$ 39.830 em 30 de setembro de 2020).

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi R\$ 369 (R\$ 304 em 30 de setembro de 2020).

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasso no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi R\$ 5.711 (R\$ 5.885 em 30 de setembro de 2020).

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi R\$ 35.757 (R\$ 30.629 em 30 de setembro de 2020). O saldo a pagar em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 4.070 (R\$ 3.618 em 31 de dezembro de 2020).

d) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se ao contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$ 17.424 (R\$ 13.870 em 30 de setembro de 2020). O saldo a pagar em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 4.914 (R\$ 4.468 em 31 de dezembro de 2020).

e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	30/09/2021	30/09/2020
Remuneração e benefícios	3.762	3.049
Encargos sociais	524	448
Total	4.286	3.497

28. RECEITA LÍQUIDA**Política Contábil:**

Prestação de serviços: a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na receita projetada, à qual aplica-se o percentual correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e são contabilizadas na conta de Receitas a faturar. Esta contabilização é efetuada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Contratos de construção: a receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com o Cliente, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas ou estimadas (1,48% em 30 de setembro de 2021 e 0,80% em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	30/09/2021	30/09/2020
Serviços de abastecimento de água	2.418.646	2.220.687
Serviços de esgoto	191.656	168.112
Receitas de construção	208.511	209.054
Deduções de receitas de serviços	(325.234)	(310.285)
	2.493.579	2.287.568

Em 30 de setembro de 2021, o valor referente aos descontos incondicionais foi contabilizado na rubrica de deduções de receitas de serviços e corresponde a R\$ 89.468 (R\$ 97.425 em 30 de setembro de 2020).

29. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1)/IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Custos e despesas por natureza	30/09/2021	30/09/2020
Pessoal	860.678	805.140
Materiais	88.676	89.974
Energia elétrica	249.389	234.840
Serviços de terceiros	320.051	266.101
Gerais	77.203	146.973
Depreciações e amortizações	133.167	125.890
Provisões	184.596	86.832
Custos de construção	205.475	207.270
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(23.134)	(925.382)
	2.096.101	1.037.638
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.576.742	1.489.778
Despesas comerciais	105.873	129.106
Despesas administrativas	436.620	344.136
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(23.134)	(925.382)
	2.096.101	1.037.638

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/09/2021	30/09/2020
Outras receitas operacionais	41.993	984.822
Reversão de provisão para perdas esperadas	16	283
Variação da indenização da imunidade tributária	7.546	858.752
Indenizações e ressarcimentos	1.148	1.452
Reversão de provisões para causas judiciais	20.778	107.402
Receitas não operacionais	12.505	16.933
Outras despesas operacionais	(18.859)	(59.440)
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	(13.992)	(12.863)
Baixa de ativos	(3.294)	(20.507)
Outros tributos e taxas	(1.573)	(26.070)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	23.134	925.382

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**Política Contábil:**

Receita financeira: a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

	30/09/2021	30/09/2020
Receitas financeiras	107.426	607.104
Juros ativos	28.275	26.062
Variações monetárias ativas	3.943	5.197
Receitas financeiras pela realização de AVP	29.416	26.672
Variações cambiais ativas	-	569
Atualização de precatórios	15.766	9.241
Atualização indenização imunidade tributária	14.089	533.936
Outras receitas financeiras	15.937	5.427
Despesas financeiras	(224.739)	(101.967)
Juros e taxas sobre financiamentos	(24.409)	(20.443)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(41.493)	(2.631)
Variações monetárias passivas	(149.655)	(73.325)
Despesas financeiras pela realização de AVP	(288)	(2.507)
Variações cambiais passivas	-	(2.885)
Variação da indenização da imunidade tributária	(8.169)	-
Outras despesas financeiras	(725)	(176)
Resultado financeiro líquido	(117.313)	505.137

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**Política Contábil:**

Ativos Financeiros: a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, dependerá da opção irrevogável no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos Financeiros: os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado utilizando o método da taxa de juros efetiva. As despesas de juros, ganhos e perdas são reconhecidas no resultado. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo. Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações.

Reconhecimento e desreconhecimento: os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração: no reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Impairment: a Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as contas a receber de clientes, se aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade.

Em 2020 a Companhia assinou um aditivo de contrato para todos os financiamentos firmados junto ao BNDES, o qual suspendeu o pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios pelo período de seis meses (abril a setembro de 2020). O montante que deixou de ser pago durante o período de suspensão foi capitalizado a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela suspensão temporária de pagamentos.

A adoção desta suspensão trouxe um incremento de aproximadamente 2,35% no saldo devedor, não apresentando aumento significativo no custo da dívida ou impacto relevante no resultado da companhia, tanto no exercício atual, quanto no custo total do financiamento.

As avaliações de seus instrumentos financeiros bem como gerenciamento de riscos estão relacionadas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Descrição	Nota	30/09/2021	31/12/2020
<i>Ativos</i>			
<i>Valor justo por meio do resultado</i>			
Aplicações financeiras	5.b	68.776	76.545
<i>Custo amortizado</i>			
Caixa e equivalentes	5.a	604.687	233.267
Contas a receber de clientes	6	472.018	419.140
Ativos financeiros	12	621.871	588.827
Tributos a recuperar	8.c	1.307.972	1.430.378
Precatórios	9	345.421	220.154
Total		3.420.745	2.968.311

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Nota	30/09/2021	31/12/2020
<i>Passivos</i>			
<i>Custo amortizado</i>			
Fornecedores		121.115	118.988
Empréstimos e financiamentos	18	517.799	587.477
Debêntures	19	605.596	4.811
Obrigações contratuais	21	17.497	13.000
Contratos de repasse	23	65.175	53.895
Total		1.327.182	778.171

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos*Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia*

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

O risco de crédito ao qual a Companhia está potencialmente sujeita se refere ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. A exposição máxima em 30 de setembro de 2021 corresponde aos saldos contábeis demonstrados nas notas 5.a, 5.b e 6.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito destes ativos financeiros é considerado baixo em virtude de a Companhia manter os valores em aplicações de liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor, e fundos de investimento, respectivamente, caracterizados como conservadores.

Contas a receber

A exposição relacionada aos clientes é considerada de baixo risco em virtude da base pulverizada que contempla boa parte do estado, onde a Companhia presta serviços de saneamento básico. A política de recuperação prevê que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida (dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos) e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes após 45 dias de atraso.

O nível de perdas na realização de créditos é considerado normal para o setor e está adequadamente coberto pela provisão. A política de reconhecimento das perdas de crédito esperada e a movimentação da provisão estão descritas na nota 6.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para este risco, podemos citar: ajuste da estrutura tarifária aos serviços prestados; implementação do gerenciamento matricial de despesas – GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e ligações clandestinas; implantação do sistema de gestão estratégica de custos - Sisgec, dentre outras.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	154.170	220.225	526.013	900.408
Parcelamento de impostos	16.561	4.044	0	20.605
Debêntures	13.122	80.324	720.454	813.900
Fornecedores	121.115	0	0	121.115
Passivo de arrendamento	22.853	7.379	513	30.745
	327.821	311.972	1.246.980	1.886.773

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos e financiamentos que a Companhia possui exposição na data-base de 30 de setembro de 2021, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2021 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais operações. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A manutenção da análise de sensibilidade com a utilização dos parâmetros de variação para cenários de 25% e 50% mostram-se adequados, a partir de referências em benchmarkings do setor, bem como publicações de expectativas de mercado do BACEN.

		(Perdas) Ganhos financeiros					
Operação	Risco	2021	Queda	Queda	Cenário	Aumento	Aumento
			25%	50%	provável	25%	50%
Financiamento	TR	(210.589)	-	-	-	-	-
Financiamento	TJLP	(139.381)	(5.932)	(4.943)	(7.415)	(9.269)	(11.123)
Financiamento	IPCA	(85.303)	(5.930)	(4.942)	(7.413)	(9.266)	(11.119)
Empréstimo	SELIC	(82.526)	(4.126)	(3.439)	(5.158)	(6.447)	(7.737)
Debêntures	CDI	(146.069)	(3.517)	(2.931)	(4.397)	(5.496)	(6.595)
Debêntures	IPCA	(459.527)	(31.946)	(26.622)	(39.933)	(49.916)	(59.899)
		(1.123.395)	(51.451)	(42.877)	(64.316)	(80.394)	(96.473)
Indexador	TR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TJLP		4,26	3,55	5,32	6,65	7,98
	IPCA		6,95	5,79	8,69	10,86	13,04
	SELIC		5,00	4,17	6,25	7,81	9,38
	CDI		2,41	2,01	3,01	3,76	4,52

Fontes:

TR - Portal Brasil
TJLP - BNDES
IPCA - Relatório Focus
SELIC - BACEN
CDI - B3

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de financiamentos e debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado a seguir:

	Nota	30/09/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	18	517.799	587.477
Debêntures	19	605.596	4.811
Fornecedores		121.115	118.988
Parcelamento de impostos e contribuições	20	19.923	31.288
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.a	(604.687)	(233.267)
(-) Aplicações financeiras	5.b	(68.776)	(76.545)
Dívida líquida		590.970	432.752
Patrimônio e adiantamentos		4.275.464	4.043.521
Capital social e dívida líquida		4.866.434	4.476.273
Quociente de alavancagem		12,14%	9,67%

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 15 de outubro de 2021, em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos extraordinários, encaminhada pela Administração, à conta de reservas de lucros no valor de R\$ 1.285.614, nos termos do artigo 61, inciso II, b, do Estatuto Social da Companhia. O valor corresponde à parcela controversa – que ainda pende de expedição de precatório - do ativo reconhecido a partir do trânsito em julgado do Processo nº 93.0015146-0, movido pela Corsan em desfavor da União, referente à imunidade de recolhimento de tributos federais (IRPJ e ITR). A liquidação dos dividendos a pagar dar-se-á por meio de cessão da posição processual ao Acionista Controlador, isto é, a transferência do direito ao recebimento do crédito decorrente da ação judicial, e em espécie para os acionistas minoritários, de forma proporcional à sua participação no capital.

Notas Explicativas**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria

ROBERTO CORREA BARBUTI

Presidente

ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR
ANDRÉ GUTTERRES BORGES
DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA
FABIANO SIQUEIRA
JEAN CARLO FLORES BORDIN
LILIANI ADAMI CAFRUNI

Diretores**Conselho de Administração**

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR

Presidente

GIOVANNI FIORESE
HENRIQUE ZANDONÁ
JULIANO HEINEN
KARLA BERTOCCO TRINDADE
LUIZ GUSTAVO DE SOUZA
PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA
ROBERTO CORREA BARBUTI
THOMAS DANIEL BRULL

Conselheiros**Conselho Fiscal**

FELIPE HENRIQUE GIARETTA
KEVIN CHAVES KRIEGER
MARIA BETÂNIA BRAUN

Conselheiros

GRAZIELA BOHN FLORES
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 8 às informações contábeis intermediárias, que se referem ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes de decisão transitada em julgado quanto ao mérito da imunidade de certos impostos federais e ao correspondente direito à restituição dos valores atualizados desses impostos, pagos nos exercícios de 1988 a 2018, cujo saldo em 30 de setembro de 2021 monta a R\$ 1.285.614 mil. A administração da Companhia apresentou, em janeiro de 2021, petição requerendo a devolução desse valor por meio de precatórios. A União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestando o valor apresentado pela Companhia, sendo que tal impugnação foi respondida pela Companhia em 30 de abril de 2021, no sentido de sustentar a manutenção do valor inicialmente pedido. O processo segue em trâmite quanto a esses valores, estando pendente de julgamento de recurso interposto pela União após decisão que rejeitou a impugnação apresentada por esta. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 12 de novembro de 2021.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames das Informações Contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Relatório dos Auditores Independentes referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório sem ressalvas do Auditor Independente, Pricewaterhouse e Coopers Auditores Independentes, datado de 12 de novembro de 2021, concluímos que os referidos documentos foram elaborados, em todos aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 12 de novembro de 2021.

Felipe Henrique Giaretta

Kevin Chaves Krieger

Maria Betânia Braun

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Contábeis da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

Porto Alegre, 12 de novembro de 2021.

Roberto Correa Barbuti
Diretor-Presidente

André Beltrão Finamor
Diretor de Operações

André Gutterres Borges
Diretor de Expansão

Douglas Ronan Casagrande da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabiano Siqueira
Diretor Administrativo

Jean Carlo Flores Bordin
Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento

Liliani Adami Cafruni
Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Informações Contábeis da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

Porto Alegre, 12 de novembro de 2021.

Roberto Correa Barbuti
Diretor-Presidente

André Beltrão Finamor
Diretor de Operações

André Gutterres Borges
Diretor de Expansão

Douglas Ronan Casagrande da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabiano Siqueira
Diretor Administrativo

Jean Carlo Flores Bordin
Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento

Liliani Adami Cafruni
Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade